

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 02/2015

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.º Secretário:** - *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 1.ª Sessão  
27 de fevereiro** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras Presenças:**
- *António José Pires Almor Branco*
  - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

### Verificação de Presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 36 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 55 membros no decorrer da sessão.

### Registo de Faltas e respetiva justificação pela Mesa.

*José Baltazar Gomes Aguiar, Nuno Sousa, Rita Bárbara Messias, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Sílvio António Santos, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa, José Mário Pinheiro Mesquita e Miguel Pilão Belchior F. da Cunha.*

### Apresentaram justificação de Faltas:

- *José Baltazar Gomes Aguiar*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Fernando Manuel Gomes Alves*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Sílvio António Santos*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Edgar Alberto Pires*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *José dos Santos Sousa*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *José Mário Pinheiro Mesquita*: Sessão de 30 de abril de 2015.
- *Miguel Pilão Belchior F. da Cunha*: Sessão de 30 de abril de 2015.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

### ----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Senhor Presidente Senhores Deputados e público presente muito bom dia a todos.

O senhor Presidente da Assembleia acaba de me telefonar dizendo que está atrasado devido à demora provocada por um acidente de trânsito. Como já temos quórum e uma agenda muito extensa para cumprir, vamos iniciar esta Sessão, na certeza de que o Senhor presidente assumirá brevemente a condução dos trabalhos.

Relativamente à correspondência recebida e expedida após o envio dos documentos é a seguinte:

Recebemos uma carta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, a comunicar que por motivos pessoais não pode estar presente na sessão de hoje e que será substituído pela Senhora Secretária, *Ana Lúcia Miranda Almeida Pimpão*.

Os Senhores Deputados, *José Baltazar Aguiar, Sílvio Santos e Nuno Sousa*, comunicaram que por motivos profissionais não podem estar presente nesta sessão.

Relativamente às substituições: o Senhor *Carlos Fraga*, vem substituir a Deputada *Rita Messias*; a Senhora *Lina Maria Gomes*, Secretária da Junta de Freguesia de Mascarenhas, vem substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia *José Mário Mesquita*;

o Senhor *Armindo José Esteves*, Secretário da Junta de Freguesia de Alvites, vem substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia *Edgar Alberto Pires* e a Senhora *Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão*, vem substituir o Senhor Presidente da Junta de Fradizela.

## **1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Vamos passar ao primeiro ponto da Ordem do Dia, que é a leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015.

Estão abertas as inscrições.

Faça favor Senhor *Carlos Fraga*.

----- O Senhor Deputado Municipal *Carlos Fraga* (Independente PS) disse:

Muito bom dia Senhores Secretários da Mesa, Senhores Deputados e digníssimo Executivo Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores e Comunicação Social.

Sobre a votação desta Ata, eu queria questionar a Mesa, pelo facto de na última sessão realizada em Fevereiro, eu ter votado contra e pedi expressamente ao Senhor Presidente da Mesa que o sentido de voto contra que justifiquei, que constasse da Ata. O Senhor Presidente respondeu-me que a Mesa já tinha tomado a devida nota desse registo. O que acontece é que não há nenhum registo do meu voto contra.

Por conseguinte, se a Mesa não me der uma justificação que eu entenda que seja convincente e se não houver essa correção, terei que novamente votar contra esta Ata.

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo.

O que me traz aqui sobre as Atas, é uma pergunta que eu depois pretendia fazer à Mesa.

Segundo o meu Código de Procedimento Administrativo, não participam na aprovação da Ata, os Membros que não tenham estado presentes na Reunião a que ela respeita. Quer isto dizer que não podem votar os que não estiveram, não podem votar os que vêm substituir. Numa hipótese académica pode acontecer que se aprove uma Ata sem haver quórum.

Eu gostaria que a Mesa me informasse se houve quórum da Assembleia para aprovação da Ata, porque pode dar-se o caso que os membros que vão aprovar ou não a Ata, sejam inferiores ao quórum da Assembleia. Gostava de saber qual o procedimento.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Em relação ao quórum, há nesta altura 36 presenças. Das 36 presenças, apenas 3 não estiveram presentes na sessão anterior. Apesar da questão colocada ser pertinente, está garantido o quórum.

Vamos votar a Ata.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar com 1 voto contra, 4 abstenções e 31 votos a favor a ata da 1.ª Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015.

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **2 – 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Vamos continuar para o 1.º Período de Intervenção do Público.

Está alguém presente que queira intervir?

Faça favor Senhor *Pedro Fonseca*.

----- O Senhor Município, *Pedro Fonseca* disse:

Muito bom dia Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, o seu substituto legal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, restante Mesa, Senhores Deputados Municipais e restante Público.

O motivo porque me desloco hoje aqui, prende-se com uma situação que prevalece há cerca de dois anos na localidade do Cachão e que o ano passado defendi e tentei alertar enquanto eleito municipal, tentei avisar para o que ali se passava.

O motivo porque me desloco hoje aqui, é para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, para quando a resolução do grave problema que existe nas instalações do Complexo do Cachão.



De certa forma e alusivamente falando no 25 de Abril, eu pretendia saber até que ponto irá chegar o 25 de abril às instalações do Cachão.

A situação tende a agravar-se ao longo do tempo, os malefícios para a população e para as empresas que ainda ali permanecem, dando emprego, fomentando a economia local, estão a ser de certo modo, gravemente atingidas pela situação.

Queria também dizer que há vários reacendimentos do incêndio que tragicamente destruiu aquele armazém, tendo também graves malefícios para a população. Estamos caminhando para que o verão chegue e tudo leva a crer que enquanto aquela situação não for resolvida, trará dali, graves prejuízos para a população.

Para além disso, dizer também que estou aqui como simples Município, não estando a defender seja que força política for, uma vez que neste momento me encontro desvinculado de qualquer força partidária.

Dizer que, ainda no Cachão, há de facto outro problema. O Senhor Presidente da Câmara foi prometendo que iria resolver o problema de duas ruas que ali faltam pavimentar.

É bastante penoso para as pessoas moradoras naquelas duas ruas, principalmente nesta altura de muita chuva, não se conseguem deslocar convenientemente para as suas habitações. Queria não deixar cair esta situação no esquecimento, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara para quando a resolução deste problema também.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Se o Senhor Presidente quer prestar algum esclarecimento, faça favor.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Começava por vos saudar a todos, saudar o Senhor Presidente e a Mesa, saudar os Senhores Deputados e desejar-vos um bom dia.

Celebrar também neste dia, que é antes do Dia da Liberdade e depois o Dia do Trabalhador, pelo que uma Assembleia simbólica é sempre importante e naturalmente que a minha primeira saudação vai para o momento que vivemos.

Abril e maio são dois meses importantes para a democracia e julgo que hoje a nossa Assembleia, é uma Assembleia que tem assuntos com importância para aquilo que é o ato democrático e para o que é a participação democrática de todos nós, nomeadamente para o incentivo a essa participação democrática.

E saúdo a participação do *Pedro Fonseca*, que já foi membro desta Assembleia e saúdo-o também, pelo facto de fazer este tipo de perguntas, neste contexto e desta forma. Estão perguntas são importantes para poder esclarecer, é este o local ideal.

Efetivamente, que temos um problema de um passivo ambiental, é verdade, que foi provocado pela ocorrência de um incêndio ocorrido numa empresa privada.

Nesse sentido, temos vindo a acompanhar, numa perspectiva de segurança, com as forças de segurança o “QUEDOZ” e numa perspectiva de resolução.

Julgo também que já teve a informação numa sessão que foi realizada. Essa informação não foi prestada diretamente por mim, mas foi prestada diretamente no Cachão, a resolução daquele passivo ambiental é da ordem dos 500 Mil euros.

A resolução daquela situação é na ordem dos 500 Mil euros. O transporte daquele tipo de produtos para qualquer sistema de incineração ou de qualquer sistema de não valorização é muito caro.

O que tem vindo a fazer a Câmara Municipal, em conjunto com a Resíduos do Nordeste e com a empresa, é procurar uma solução, que seja no sentido de valorizar o que ainda existe e evitar o pagamento desse valor, que é um valor de grande dimensão.

Isto acontece porque como é do conhecimento público, uma vez que está publicado nos Editais, a empresa atravessa neste momento um processo de insolvência. É uma empresa que tem cerca de 60 funcionários a trabalhar, é uma empresa que presta serviços em diversas áreas. Nós temos vindo a acompanhar de forma cautelosa e permanente esta situação.

Ninguém mais do que nós e quando falo em nós não me vou referir exclusivamente à Câmara Municipal, mas também a quem gere a AIN – Agro-industrial do Nordeste, tem maior preocupação diária e permanente com aquele assunto, por vários motivos. Até pelo facto de estarmos a realizar um esforço enorme, eu repito “um esforço enorme”, para tentar garantir a sustentabilidade, quer da AIN, quer do Matadouro, para garantir que aquele ativo económico não “morra”.

Temos feito investimentos locais de grande dimensão, nomeadamente, por exemplo: ao nível dos efluentes, onde no passado eram todos lançados para o rio e hoje já são tratados numa ETAR condigna, o que dá outra dimensão àquele espaço e naturalmente que, o que ali acontece, preocupa-nos imenso, porque de alguma forma, desincentiva, não só o problema do passivo ambiental, mas desincentiva também a vinda de outros empresários que possam ter interesse naquele espaço.

Neste momento, estamos a negociar, numa perspectiva de valorização duma quantidade daquele plástico que ali está, que será triado e que ele próprio pagaria a remoção.

Não há um dia, uma semana que não sejam feitos contactos, no sentido de resolver aquela situação.

A última alternativa que temos, é aproveitando o atual Quadro Comunitário, concorrer ao que se chama “Redução de Passivos Ambientais”, que é o caso que temos ali e nessa altura encontrarmos o financiamento para os tais 500 mil euros, que custa a remoção daquele material e assumindo que não existirá resposta, considerando o processo de insolvência da empresa.

Estamos a fazer o acompanhamento, ninguém mais do que nós tem interesse em que isso aconteça e ninguém, mais ninguém que esta Câmara tem vontade que isso aconteça e que tem trabalhado para que isso aconteça. Infelizmente, como digo, é um passivo ambiental de alguma dimensão.

Em relação às ruas da Estação, temos vindo a falar com a Junta de Freguesia sobre este assunto e pensamos, como é do conhecimento público que até 30 de junho - temos um processo de conclusão do Quadro Comunitário em curso, o que implica um processo de tesouraria bastante complicado - submetemos (posso dizê-lo já, porque estamos a preparar neste momento esse

procedimento) a esta Assembleia, um empréstimo a curto prazo, para conseguirmos garantir a tesouraria da fase final, porque neste momento os prazos de execução dos Fundos Comunitários são até 30 de junho e isso provoca-nos alguns problemas de tesouraria.

Considerando o *timing* que temos estabelecido, porque é a 30 de junho que termina, o procedimento para resolvermos o problema da Rua da Estação e da Rua da Ribeira, será lançado ainda durante o mês de maio, o que significa que provavelmente no final do verão teremos a intervenção a decorrer em Frechas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem conhecimento disto, tem sido acordado. Foi também acordado que seria a primeira intervenção a realizar. Não temos aberto outro tipo de procedimentos em mais lado nenhum, temos concentrado todo o nosso fluxo financeiro para os Fundos Comunitários.

Iremos agora iniciar estes trabalhos e eu penso que até ao final deste ano estará concluída esta intervenção.

### Antes da Ordem do Dia

#### **3- Período de Antes da Ordem do Dia.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Eu aproveito para cumprimentar todos os presentes e pedir o favor da vossa inscrição no Período da Ordem do Dia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Estão inscritos os seguintes Deputados: *Carlos Fraga; Alzira Ramos; David Garrido; Eduardo Almeida; Isabel Barreira; Odete Ferreira; Paulo Pinto e José Madureira.*

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga (Independente PS)* disse:

Bom dia novamente, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Deputados, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, digníssimo Executivo Municipal, Cidadãos do nosso concelho e Comunicação Social.

Respirando ainda estes ares do mês de abril, mês da liberdade e quando nos abeiramos já do primeiro de maio, também outro grande dia, permitam-me Vossas Excelências, que saúde democraticamente todos os grupos parlamentares aqui representados e que recorde que é em nome destes grupos e essencialmente através daqueles que lutaram para que houvesse o 25 de abril, nomeadamente os capitães militares de Abril e principalmente os grandes líderes fundadores das forças partidárias dessas sensibilidades democráticas aqui presentes, nomeadamente o grande líder, ainda entre nós, *Diogo Freitas do Amaral*, fundador do CDS, hoje chamado CDS/PP, o grande líder e infelizmente já falecido naquele fatídico e malogrado acidente de Camarate, *Francisco Sá Carneiro*, primeiro líder do Partido Popular Democrático (PPD) na altura. Outro grande líder, também já falecido, Doutor *Álvaro Cunhal*, fundador do Partido Comunista Português e *Mário Soares*, fundador do Partido Socialista.

Penso que é justa esta homenagem e em nome desses homens e mulheres estamos aqui a viver este ar de democracia e este mês de abril do ano de 2015.

Postas estas considerações, a minha mensagem que coloco através da Mesa para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que tem a ver com algo que em tempos foi lançado e bem, necessário e imperioso para os tempos que corriam e que continuam a correr, de desemprego, de fome, de miséria, que foi a criação das hortas familiares ou hortas sociais, que há um ano atrás, a Comunicação Social falou, que foram apresentadas e que foram atribuídas. Hoje, o que é feito delas, em que ponto está a situação? Abandonadas, cheias de erva. O que é que se passa ali, eu não sei. Sei que era necessário ter avançado com aquele projeto, dar-lhe continuidade.

Eu, na altura congratulei-me, perante esta Assembleia e perante o Senhor Presidente da Câmara, com esse facto. Tristemente, esse abril promissor, entretanto morreu.

Se o Senhor Presidente me puder dar uma explicação, eu agradecia.

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma retificação ao Senhor *Fraga*, o *Álvaro Cunhal* não foi o fundador do Partido Comunista, o Partido Comunista já existia quando o *Álvaro Cunhal* passou a ser Secretário-geral.

Abril passou, não há muito tempo.

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso do trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Viva 25 de abril e como maio é amanhã, viva o primeiro de Maio, vivam os trabalhadores.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e todos os demais elementos presentes.

Uma breve nota, até para nem repetir intervenções que vão ocorrer relacionadas com o 25 de abril e como o Senhor Presidente da Câmara informou logo de início, realmente Abril e Maio, são meses com uma semântica muito forte na história do nosso País. Não só, não é por acaso que houve imensas revoluções por altura de Abril, ficando designadas até, por “Primavera”, a Primavera de Praga, lembro-me por exemplo desta e de outras.

Portanto, não só Portugal, mas também noutros continentes, mas essencialmente a nível europeu.

Não vou repetir a irritação, o mal-estar provocado pela atual situação do País, venho simbolicamente, nestes quarenta anos da Assembleia Constituinte, quarenta e um do 25 de Abril, fazer a oferta de uma Coletânea, que gostaria que ficasse na Biblioteca Municipal.

Claro que eu poderia dirigir-me diretamente à Biblioteca Municipal e deixar a obra. Entendi fazê-lo nesta Assembleia, pelo significado que têm os quarenta anos de Assembleia Constituinte, o que permitiu todo um desenvolvimento do Poder Local e tudo o que daí adveio.

Para já é só, depois deixarei à Mesa, o livro.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, José Madureira (CDS/PP) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público aqui presente.

O que me traz aqui, é o seguinte:

Quero deixar o meu agradecimento, em nome da Junta de Freguesia de Abambres, ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Advogado Doutor *Balsa*, ao Senhor *Domingos DouTel* e *Jorge Costa*, Jurista de Lisboa, ao Presidente da Junta de Cedães, pela ajuda que me deram, senão a Junta teria que fechar portas e era o que muitos estavam à espera. Tudo fizeram, mas ainda bem que a justiça funcionou. Aqui não houve testemunhas compradas, como acontece em alguns casos. Isto pode servir de lição para outros que tenham mau perder. As pessoas deviam respeitar o voto do povo e não haver vinganças políticas. Estou aqui para lutar até ao fim, contra tudo e todos.

Se a Junta fosse condenada, teríamos que pagar cerca de 35.000 Mil € ao Tribunal de trabalho. Ainda assim, gastámos cerca de 5.000 Mil €, tudo culpa de coisa política.

Agora vou ler a decisão do Tribunal de Trabalho, que formulou as seguintes conclusões:

*“A alteração da data do salário da trabalhadora da arguida operada no recibo de Setembro de 2013, não está suportada a Deliberação, quer do Executivo, quer da Assembleia de Freguesia, nem em qualquer contrato entre a trabalhadora e a arguida que é a Junta de Freguesia, pois nenhum documento existe que o comprove, pelo que se desconhece em concreto o que levou a tal alteração.*

*A falta referida em a) destas conclusões, importa a ilegalidade adequada à operação e a nulidade, dado que se existiu, violaria a exigência de forma.*

*A arguida não está obrigada perante a trabalhadora, a manter a remuneração alterada pelas condições descritas.”*

Agora este é mais importante:

*“A arguida ao se recusar a pagar a nova remuneração à trabalhadora não cometeu qualquer contra ordenação. Antes pelo contrário, agiu corretamente não pactuando com a ilegalidade.”*

Se eu fosse condenado, teria que pagar, porque estava a cometer um crime, a roubar o Estado, porque teria que pagar com o dinheiro da Junta à Senhora. Quem nos safou de não pagarmos as contra ordenações de 9.180,00 euros cada uma, foi pelo que diz aqui:

“Até porque dos recibos de vencimentos, naquela que constava no local destinado indicar a seguradora com o nome *Tranquilidade*, que identificava como conhecida seguradora.”

Foi aqui que fomos absolvidos desta condenação.

Vou ler o último:

“Absolve-se a arguida “Junta de Freguesia de Abambres”, da prática de uma contra ordenação laboral muito grave, pelo Art.º n.º 129, n.º 1, alínea d) e o n.º 2 do Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Condena-se a arguida, Junta de Freguesia de Abambres, pela prática de uma contra ordenação laboral muito grave, pelos Artigos n.º 79, n.º 1 e pelo n.º 171, n.º 1, da Lei n.º 98/2009 e pelo Art.º 554, n.º 3 do Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, da coima de 612,00 €.”

Apenas vamos pagar as custas do Tribunal, porque foi o recurso que nós apresentámos. Foi com estas ajudas todas, senão eu hoje estaria aqui a apresentar a demissão da Junta de Freguesia.

Obrigado a todos.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, José Eduardo Almeida disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus Senhores, Público aqui presente e Comunicação Social.

A minha intervenção prende-se com duas questões: um Convite e uma Informação.

A ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, tem realizado durante este ano, vários Encontros Regionais, no País e nas Ilhas.

Quis eu que o Encontro Regional no Distrito de Bragança se realizasse em Mirandela. Era esta informação que eu vos queria transmitir, que o Encontro Regional da Anafre se vai realizar no dia 25 de Maio, dia da nossa cidade e convidar-vos para estarem presentes neste evento, da Associação Nacional de Freguesias, cujo programa ainda está a ser elaborado e que atempadamente vos chegará.

Fica já a informação do Encontro Regional do Distrito de Bragança, que será realizado em Mirandela e o Convite a todos vós e a informação depois, detalhada do Programa, que também vos chegará em tempo oportuno.

----- **A Senhora Deputada Municipal Alzira Ramos, (PS) disse:**

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereação e demais elementos pertencentes ao Executivo, Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Junta, Senhores da Comunicação Social, Público em geral, a todos bom dia.

Começo a minha intervenção no seguimento de todas as outras, porque nunca é demais lembrar Abril e porque se comemorou há relativamente pouco tempo e eu não gostaria de deixar passar esta data em branco e daí a minha intervenção.

Começo com uma pequena citação, que gostaria que todos nós refletíssemos sobre ela, pois ela foi escrita há milhares de anos e nunca foi tão atual como é hoje:

*Citação:*

“Quando perdeste o sonho e a certeza, tornaste-te desordem, fizeste-te nuvem. Simonis de Keos”

Eu gostaria que pensassem nisso, porque realmente sonhar, já dizia António Gedeão “O mundo pula e avança como a bola nas mãos duma criança”. É verdade, quando deixamos realmente de sonhar, deixamos de fazer as coisas, deixamos de pensar.

Nunca é demais comemorar Abril. Portugal chama à lembrança, mais uma vez, a data em que o seu povo conquistou a liberdade.

A 25 de abril, o movimento das forças armadas, coroa a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos mais profundos, derruba o regime fascista. Representou uma transformação revolucionária, o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A revolução restituiu aos Portugueses os direitos e as liberdades fundamentais.

No exercício desses direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo, elaboraram uma Constituição que correspondia às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte de abril de 1976 firmou a decisão do povo português, ao defender a independência nacional, garantir os direitos fundamentais, estabelecer os princípios basilares da democracia, assegurar o primado do estado de direito democrático e abrir o caminho para a construção de um país livre, mas mais justo e mais fraterno. É aprovada a Lei Fundamental. Abril, sempre.

Mas a história não acaba aqui, está finalmente pronto para a partida, recuperadas as coordenadas do espaço e do tempo e de todos os outros sentimentos, que são afinal, mais de cinco.

Independência Nacional, soberania, esta está no reino da finança nacional. Direitos fundamentais, a vida é inviolável. É de refletir nos constantes atropelos das liberdades fundamentais dos cidadãos e aqui dou um exemplo: a liberdade de imprensa e mais outro exemplo, é de refletir nos constantes assassinatos que diariamente são praticados.

Princípios basilares da democracia, Art.º 58, direito ao trabalho.

Todos têm direito ao trabalho. Hoje o desemprego e emprego precário são os fatores mais desequilibrantes da sociedade portuguesa.

Portugal é um País da zona Euro com a maior taxa de desemprego, sendo que em Fevereiro de 2015, o INE - Estatuto Nacional de Estatística, registava um aumento, com uma estimativa de 14.1%, que corresponde a mais de 700 mil pessoas sem emprego, sendo que entre jovens, estima-se uma taxa de 35% de desempregados.

Art.º 63, Segurança Social.

Todos têm direito à Segurança Social, no entanto esta corre o sério risco de ser desmantelada e vendida em tranches às seguradoras.

Art.º 64, Saúde.

Todos têm direito à saúde, através do SNS - Serviço Nacional de Saúde, mas este revelou que em 2014, mais de 10% da população abdicou dos cuidados de saúde e cerca de 16% não comprou medicamentos prescritos, mesmo em situação de doença crónica, por falta de dinheiro. As urgências dos hospitais não têm médicos nem têm camas, só têm doentes desesperados.

Art.º 65, Habitação.

Este ponto é reservado a grandes investimentos privados, como podem imaginar. Já não justificam casas projetadas e apoiadas pelo INH, para pessoas de baixos recursos.

Art.º 73, Educação, Cultura e Ciência.

É bom ter cidadãos de excelência. A prova disso é o destaque que o Senhor Presidente dá aos vários Portugueses que se distinguem nas diversas áreas. No entanto, acabe-se com o Ministério da Cultura, da Tecnologia e de outros.

Art.º 74, Ensino.

Todos têm direito ao ensino, com direito à igualdade de oportunidades e acesso ao ensino escolar. Assegurar o ensino básico, universal, obrigatório e gratuito.

No que concerne ao ensino, estamos esclarecidos, tal como na saúde, a tendência é para o ensino privado, de elite e excelência.

O primado do estado de direito democrático, justiça.

Basta seguir a informação pública e publicada, que nos diz fecho de tribunais, o que nos dá o abandono total das populações e do território.

Integridade pessoal vejam e pasmem-se perante o abandono das populações, do território. Vejam e pasmem-se perante a segurança prestada a pessoas e bens, basta assinalar a percentagem de assinalados e roubos.

Construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. Temo pela coesão social do meu país.

Acabei de refletir os principais pilares sobre os quais assenta a democracia, estes encontram-se abalados como se, de um sismo se tratasse.

O fosso entre aqueles que tudo têm e os outros que nada possuem é cada vez maior. Estão postas em causa conquistas de abril.

É tarefa de todos nós repor na ordem do dia, o primado de abril. Sem memória, esvai-se o presente, que simultaneamente já é passado. Perde-se a vida anterior e a interior, bem entendido, porque sem referências do passado, morrem os factos e os laços sentimentais.

A noção do tempo relaciona as imagens do passado e lhes dá a luz e o tom que as datam, tornam-se insignificantes também.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto, (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público e Comunicação Social presente.

A minha intervenção é apenas sobre dois factos que eu considero de relevância política:

Primeiro para registar o facto de a Assembleia Municipal retomar o seu edifício número um, o que de alguns tempos a esta parte tem vindo a ser usual, por estar de cara lavada, renovado naquilo que tem a ver com as infraestruturas básicas e que oferece maior dignidade ao edifício e conforto a todos quantos nos visitam.

Estas intervenções, retratam e sinalizam de forma significativa, um conjunto de projetos que o Município viu aprovados nos últimos tempos, nomeadamente o “TuaMirandela”, o “Mircom” e a “Zona 30”, onde os Quadros Comunitários aprovados recentemente, se tornam realidade, a favor e ao serviço dos Mirandelenses.

Eu recordo que o projeto TuaMirandela, que o Senhor Presidente da Câmara viu aprovado em Quadro Comunitário, rondava uns 10 milhões de euros.

Recordo que este projeto TuaMirandela, de grande relevância estratégica para a acreditação ou para a renovação, para o fortalecimento de um conjunto de instituições, que estavam a precisar de obras.

Registo aqui as obras do Auditório Municipal, a sede da Santa Casa da Misericórdia, as obras da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação e as obras da Associação de Socorros Mútuos Mirandelenses.

Obras significativas, que muito particularmente no que me toca a mim, é especialmente esta última, a “Associação dos Socorros Mútuos Mirandelenses”, obra e edifícios majestosos e de grande história para os Mirandelenses, que agora vê restituída a dignidade merecida.

Recordo também que o Museu do Azeite e a Ecoteca começam a ser uma realidade que certamente terão muito a oferecer aos Mirandelenses e sobretudo a todos aqueles que nos visitam.

Por último, o Campo de Futebol, aprovado em *overbooking*, que o próximo Quadro Comunitário não vai contemplar este tipo de obras.

Embora o projeto TuaMirandela inicialmente estivesse orçamentado em 10 Milhões de euros, o Senhor Presidente da Câmara, numa engenharia financeira, conseguiu retirar 2,5 Milhões euros, que foram investidos na EsACT – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, que está a ser também uma realidade em Mirandela.

O outro facto que gostava de ver sinalizado nesta Assembleia Municipal, é que tenho sido testemunha da política que se faz, dentro de portas e fora de portas, que se faz na cidade de Mirandela e no seu concelho:

Foi a constatação de ouvir dizer num programa de rádio que o Agrupamento de Escolas de Mirandela, só terá obras se os Mirandelenses votarem PS.

Esta é uma pergunta que eu faço diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, para num momento como este, que é a Assembleia Municipal, ter oportunidade de dizer a todos os Mirandelenses, ficar lavrado em Ata, qual o atual ponto da situação.

A minha indignação e a minha interrogação foi:

Sabemos que o histórico das obras do Agrupamento de Escolas de Mirandela já é longo, já esteve o projeto feito, inclusive o *Tó Figueiredo*, teve a possibilidade de se pronunciar enormíssimas vezes, tecnicamente sobre a obra, foi convidada a Comunidade Educativa, os seus Departamentos e Grupos Disciplinares, a tomarem partido pelo projeto.

A obra foi a concurso, foi ganha, foi anunciada e as obras não foram uma realidade e todos nós o sabemos, fruto do pântano político vivido pelo anterior Governo, nomeadamente pelo Partido Socialista.

Eu não chamaria desonestidade política, mas respeito político por tudo o que aconteceu, porque realmente as obras não estão ao serviço dos seus estudantes e da sua comunidade educativa e argumentar-se que as obras proximamente serão uma realidade, porque elas estão na dita lista de obras a serem realizadas proximamente.

Duvidar-se de lista? Mas que lista, as obras da Escola Secundária de Mirandela sempre estiveram na lista. Como se esta lista fosse a lista do PS.

Sempre estiveram numa lista, que não existia um caderno de encargos, que já devia existir há muito tempo.

Que há reuniões específicas para esta situação e que as 50 escolas que precisam de ser intervencionadas, a Câmara Municipal, ao não tomar as devidas cautelas e não providenciar em tempo útil este caderno de encargos, estaria uma vez mais numa situação difícil.

Aquilo que pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, é - até porque num processo anterior a Câmara Municipal não tomava partido - se para termos obras no Agrupamento de Escolas de Mirandela, os Mirandelenses têm que votar PS ou PSD?

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira, (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

A minha intervenção vai ser curta, até porque muito já foi dito aqui sobre o 25 de Abril e é sobre isso que eu venho falar.

Por isso, muito daquilo que eu poderia ter para dizer, já se esgotou nas brilhantes intervenções, que de resto já foram feitas.

A este propósito tenho a dizer o seguinte:

Se por um lado que me tranquiliza e me orgulha, o facto de saber que na minha terra, que é Mirandela, os problemas sociais se vão dirimindo através das Instituições de Solidariedade Social, através do apoio social que ainda é prestado nos pequenos meios pela vizinhança, que vai tratando dessas questões sociais mais graves, por outro, não me descansa e preocupa-me como espetadora atenta que sou, das notícias e pelo conhecimento que vou tendo com o contacto com as pessoas com quem vou contactando, preocupa-me saber que os valores de abril, os valores da democracia estão em risco.

A democracia não é um dado adquirido, temos que lutar por ela e por isso gostaria de deixar aqui uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara, que as próximas comemorações do 25 de abril, não fossem meramente uma cerimónia simbólica. Que o Senhor Presidente chamasse às comemorações do 25 de abril, nomeadamente os jovens, que não têm memória viva daquilo que foi a ditadura, porque os jovens têm que entender que a democracia não pode existir num país onde há fome, num país onde se desinveste na educação, num país onde não há saúde, num país onde a taxa de desemprego é das mais elevadas da Europa e onde a pobreza infantil prolifera.

Os jovens têm de saber que a democracia não é um dado adquirido, têm que ser chamados a participar nas comemorações do 25 de abril, para saberem que a democracia está em perigo e que têm que lutar pelos valores de abril e eu sugeria ao Senhor Presidente que interferisse, nomeadamente junto das escolas, chamasse os jovens a participar nas comemorações do 25 de abril durante o próximo ano.

É isto que eu tenho para dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo, (PSD) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras, Senhores Deputados Municipais e Comunicação Social.

É só para dissipar aqui uma dúvida que a Deputada Municipal, a Doutora *Alzira*, trouxe a este palanque, foi que o desemprego estava em 14.1. Por aquilo que eu ontem ouvi nas notícias, o INE fez uma retificação do desemprego em Fevereiro, não 14.1, mas 13.6 e atualmente está em 13.5.

É só isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

O Senhor Presidente quer dar alguma informação ou comentar alguma das intervenções?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, naturalmente, responder às perguntas que me são colocadas diretamente e que envolvem a Câmara Municipal, com todo o prazer.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado pela palavra.

Começaria por responder ao Deputado *Carlos Fraga*, que as hortas sociais são um projeto em que a Câmara é parceira. Os terrenos não são sua propriedade, a promoção foi feita e a Câmara limitou-se a apoiar e a incentivar aquela atividade.

O contrato com os ocupantes era de dois anos e que terminou. Como tal, agora será feita uma reavaliação pelos parceiros, nomeadamente pela Fundação EDP, a Câmara e a EPA – Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais. Se a EPA assim o desejar, repito, que os terrenos são propriedade da EPA e essa reavaliação levará a novas soluções que possam surgir.

A Câmara Municipal, tal como nas outras situações, continua a estar envolvida e a promover, mas não pode decidir sobre património que não é da sua propriedade.

O que aconteceu, foi que as pessoas que ocupavam os espaços foram devidamente notificadas nos termos do contrato que tinham assinado e agora está-se à espera de uma reformulação.

O momento que está a ser vivido é o momento que estava perspetivado, porque a entrega das hortas era por dois anos.

Considerando que não existem mais perguntas diretas, eu gostaria também de chamar a atenção para dois assuntos que foram trazidos pelo Professor *Paulo Pinto*.

É verdade que eu acho que algumas pessoas andam distraídas em relação ao TuaMirandela.

Recordo-me até de alguns sorrisos irónicos, quando este projeto foi apresentado.

Este projeto foi apresentado aquando da inauguração da sede da Santa Casa da Misericórdia, a primeira obra efetivamente e factualmente financiada por este projeto.

O projeto TuaMirandela é um projeto de parceria, algo atípico naquilo que é o conceito de captação de verbas, que na altura tinha um programa de ação e naturalmente que um programa de ação é concretizado até ao limite da sua capacidade, que apontava para a intervenção, não só naquilo que é o espaço público típico, o que é municipal, mas também no que é o espaço privado, pela primeira vez.

E nessa altura foi incluído nesse projeto, entre outras obras, a sede da Santa Casa de Misericórdia, que hoje está terminada e foi financiada;

A recuperação da Igreja da Misericórdia, que ainda está a decorrer neste momento, uma obra de grande significado, que seria a recuperação de toda a envolvente em nome da Santa Casa de Misericórdia, do Palácio dos Pessanhas, que não foi possível concretizar por um problema de expropriação dos terrenos;

A recuperação da sede da Associação de Socorros Mútuos, que está neste momento a decorrer;

A recuperação da antiga Casa Paroquial, da Nossa Senhora da Encarnação, que está concluída.

Foram feitas ainda outras intervenções, que seriam essencialmente de cariz municipal e nomeadamente a dinamização de algumas atividades públicas, através da Mircom.

Além disso, nas atividades municipais, tínhamos este Auditório; o Museu do Azeite; as intervenções que foram feitas de requalificação do espaço público: na Avenida das Amoreiras, que estão a decorrer; na própria ponte que neste momento estão a decorrer...enfim, um valor estimado de 10 milhões de euros, que foi concretizado em cerca de 8 milhões de euros que foram trazidos para Mirandela e que conseguiram alterar o tecido económico de Mirandela.

É verdade que a meio do caminho, de forma consciente, abandonámos algumas das intervenções e recorro a recuperação das antigas instalações da PSP, que era uma obra que estava prevista e que não foi feita.

Este mesmo edifício tinha um orçamento que rondava os 2 milhões de euros e nós tivemos também que retirar daqui dinheiro, porque foi feita uma opção estratégica muito clara, na perspetiva de garantir o financiamento daquilo que era considerado estratégico na altura e é hoje uma realidade, está em fase de conclusão, que é a EsACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela que está a ser concluída e irá ter condições para finalmente se poder desenvolver.

E é preciso entender que este é um projeto que conseguiu congrega os interesses públicos e privados, foi possível dinamizar as parcerias noutras dimensões e conseguiu de alguma forma intervir naquilo que era a recuperação e a regeneração do Centro Histórico de Mirandela.

Vêm novos Fundos Comunitários e estes novos Fundos Comunitários, apontam mais uma vez para o conceito de parceria.

Recentemente tivemos a oportunidade de fazer uma candidatura, - uma DLC (Desenvolvimento Local Comunitário) urbana - onde mais uma vez envolvemos parceiros privados numa candidatura feita com a Câmara Municipal, de maneira que no futuro sejamos mais competitivos.

O TuaMirandela conseguiu recuperar a Zona Histórica de Mirandela e esperemos que no próximo Quadro seja possível também, de alguma forma, encontrarmos caminhos para podermos em alguns casos até, concluir algumas obras e noutros casos, concluir ou pelo menos fazer intervenções que estavam previstas. Em alguns casos encontramos soluções, o caso da antiga sede da PSP, foi protocolada com a Desteque e foram congregadas verbas para fazer essa intervenção, libertando a Câmara Municipal dessa obrigação, porque a verdade hoje em dia - isso vai ser discutido a seguir, na Prestação de Contas - para sermos competitivos temos que estar atentos às oportunidades.

E registava, sem dúvida, uma nota que foi feita aqui pelo Professor *Paulo Pinto*, em relação ao Campo Desportivo.

Se nós não tivéssemos feito a candidatura a este *overbooking* e nele termos trabalhado, para a concretização deste Campo Desportivo, - no próximo Quadro Comunitário não há dinheiro para infraestruturas desportivas -, significava que nunca iríamos ter um campo destas características para Mirandela. Isso leva-me à outra questão.

Quando se referem obras em escolas, eu acho que existem pessoas e partidos que deviam ter vergonha de comentar esse assunto em Mirandela. Por vergonha, o Partido Socialista, em Mirandela, devia estar calado, quando se fala da Escola Secundária de Mirandela.

É uma vergonha o que se passou no Partido Socialista e que me diga o primeiro Mirandense que é mentira, quando em Bragança se fizeram duas intervenções em dois edifícios, a 100 metros um do outro e em Mirandela, este mesmo Governo, estes mesmos Deputados, não se preocupavam se as obras avançavam ou não.



Foi-me comunicado como Presidente da Câmara – na altura ainda não como Presidente da Câmara, como Vereador – que existia um projeto de 7 milhões de euros, para fazer obras na Escola Secundária de Mirandela.

Foi-me comunicado que existia uma obra de 11 milhões de euros; Passado uns dias foi adjudicada por 14 milhões euros e passado uns dias, não havia dinheiro para fazer estas obras.

Haja vergonha de quem se quer mencionar o histórico da Escola Secundária de Mirandela, no Governo do Partido Socialista, se calhar hoje, já percebemos, eu na altura não percebi.

Numa reunião que tive com a Parque Escolar, propus-lhe que me entregassem os 14 milhões e fazíamos todo o Parque Escolar de Mirandela e ainda devolvíamos algum...oferecíamos-lhe as instalações da Escola para se fazer promoção imobiliária.

Eu não oiço programas de rádio, mas às vezes vejo alguns comentários e gostava que alguém me explicasse, como é que uma escola a 100 metros de outra, na mesma área da região, foi prioridade essas duas recuperações e não foi a de Mirandela...e vão dizer que foi o Presidente da Câmara da altura, pois deve ter sido, porque tinha uma influência enorme nas intervenções do Parque Escolar...era-nos comunicado o que acontecia, nem sequer nos perguntavam o que é que nós achávamos!..

E se houve uma opção de fazer duas em Bragança e nenhuma em Mirandela, posteriormente,...foi do Governo do Partido Socialista, foi dos políticos do Partido Socialista e não venham agora aproveitar o momento que aconteceu...

Mas é importante dizer também o que está a decorrer e é bom que fique aqui para memória futura, porque se calhar o facilitismo de haver eleições daqui a meia dúzia de meses, vai querer encobrir o que é a realidade de hoje. E não é daqui a dois ou três meses, se o Governo mudar, que vêm mais uma vez os salvadores da pátria, dizer que resolveram este problema...é que ele agora está resolvido...as intervenções nas Escolas deixaram de ser prioritárias neste Quadro Comunitário.

Isto foi público, todos os Senhores Membros do Governo da área da Educação, da área dos Fundos Comunitários, até o próprio Primeiro Ministro e não só, disseram em público que não existia dinheiro para Escolas, neste Quadro Comunitário. E sabem porquê? Porque estava previsto no país, gastar 700 milhões de euros em Escolas e só na Zona Metropolitana do grande Porto, foram gastos 800 milhões de euros. Pelos vistos não havia dinheiro para Mirandela nessa altura.

Mirandela não teve um investimento, repito “um investimento” da Parque Escolar, durante o Governo do Partido Socialista e gastaram 800 milhões de euros, eu vou repetir outra vez, que é bom que estes números fiquem claros “800 milhões de euros”, na Zona Metropolitana do grande Porto.

Entretanto, neste Quadro Comunitário, a comunidade definiu duas prioridades negativas: Estradas, que assim se mantêm, não há dinheiro para estradas, vias, mobilidade, enfim, no novo Quadro Comunitário e Escolas.

E lembram-se que veio aqui a Mirandela um Senhor, Ministro da Educação e da Ciência e disse que não sabia se havia dinheiro para Escolas, porque nessa altura não havia definição, estava a negociação a decorrer em Bruxelas e não existia ainda assinatura do Acordo de Parceria que posteriormente foi acordado e que garantiu, pelo trabalho deste Governo, que há Escolas que vão ser intervencionadas. Não estão definidas as Escolas nesse Acordo de Parceria, mas na Região Norte, foram definidos, estão aprovados, estão no ON NORTE, 140 milhões de euros, para intervenções em Escolas.

Entretanto foi feito um Processo de Avaliação, no qual eu participei diária e continuamente, em diversas reuniões, não obstante a Escola Secundária não ser da responsabilidade da Câmara Municipal, de avaliação daquilo que é a realidade, das infraestruturas escolares.

E foi elaborado um documento com as prioridades regionais.

Foi elaborada uma lista que neste momento está consciencializada, que é do conhecimento de todos os Presidentes de Câmara desta Zona Norte e de todos os Membros do Conselho Regional, não é só dos Presidentes de Câmara, porque no Conselho Regional que foi realizado no dia 14 de março, em Viana do Castelo, foi debatido este assunto, foi apresentado o documento e a listagem é do conhecimento de todos.

Nessa listagem, hoje, está a intervenção na Escola Secundária de Mirandela.

Portanto, a Escola Secundária de Mirandela vai ser intervencionada neste Quadro Comunitário, fruto do esforço que foi feito politicamente por esta Câmara Municipal e fruto do esforço que foi feito por este Governo, para arranjar verbas, porque a Parque Escolar “*estoirou*” Um bilião de euros em Escolas e todos nós sabemos qual é a realidade, o que se passa em muitas dessas Escolas, que nem dinheiro têm para pagar a água, nem a luz, nem o resto.

Haja vergonha de tocar sequer nesse assunto, porque a verdade é que são tão responsáveis como aqueles que na altura foram responsáveis.

Existe efetivamente uma dúvida, se a intervenção na Escola Secundária de Mirandela vai ser feita pela Parque Escolar, porque para todos os efeitos a Parque Escolar ainda é a entidade responsável pela gestão da parte escolar, principalmente Ensino Secundário e Terceiro Ciclo do Estado, ou se essa intervenção vai ser feita pela Câmara Municipal de Mirandela, em acordo com o Ministério da Educação.

O Senhor Ministro, quando esteve em Mirandela, assim o afirmou. O Senhor Ministro quando esteve em Bragança, no dia do IPB, assim o afirmou, mas a verdade é que em relação a isso, não existe uma definição.

A Câmara Municipal mostrou disponibilidade para assumir o controle da obra, para não acontecer o que aconteceu no passado, com as obras que foram feitas pela Parque Escolar, em que não eram muitas das vezes da intervenção que estava a ser feita e que gastavam fortunas, porque também há um princípio de racionalidade, dado que neste processo existe também o Parque Escolar do 1.º Ciclo, neste caso, sim, da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela, que também está incluído nessa listagem.

Neste momento, nós não podemos afirmar qual é o valor que vai ser entregue à Escola Secundária de Mirandela, ou até mesmo à parte do 1.º Ciclo, mas sabemos uma coisa, é que a Escola Secundária de Mirandela tem 1096 alunos e a média de financiamento, vai ser de 5.100 mil euros por cada aluno, o que dará cerca de 5 milhões de euros, a passar, para fazer esta intervenção.

Eu julgo que é importante que fique registado aqui nesta Assembleia, o que eu estou a acabar de dizer, porque não vai ser alguém que vem levantar o dedo daqui a uns dias a dizer que fui eu que resolvi, porque quando teve possibilidade de resolver, esqueceu-se que a nossa Escola ainda não tinha sido intervencionada.

Haja vergonha, quando nós falamos deste assunto e espero que ele fique bem claro, na mente daqueles que hipocritamente agora se tentam aproveitar daquilo que já sabem, porque agora já há dinheiro, já há lista, já há identificação e amanhã vou ser o responsável, usando uma varinha de condão, que nem sequer tive o condão de procurar.

Portanto, em relação às escolas, eu não quero saber se vai ser daqui a um mês, ou vai ser a dois, a lista é pública, o documento é público, aliás, deve estar publicado no Site da CCDRN e na nossa Região vai haver intervenção em seis escolas, das quais, duas dessas escolas, são escolas em Mirandela.

Não venham com hipocrisias, que são coisas que eu não aceito.

E nesse sentido, gostava também de dizer que o 25 de Abril é sempre o motivo para puxarmos por aquilo que são os nossos maiores valores, que depois apontamos aos outros.

Para bem dizer, 25 de Abril é todos os dias; o dia da mãe é todos os dias. Há valores que são todos os dias.

## Ordem do Dia

### **4 – Período da Ordem do Dia**

#### **4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Passamos aos Pontos do Período da Ordem do Dia.

Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.

Inscrições: Os Senhores Deputados: *David Garrido e Odete Ferreira.*

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido, (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU tem sido confrontada com várias queixas de Municípios, em boa verdade não apenas no Concelho de Mirandela, nem da responsabilidade direta da autarquia, que é o seguinte:

Vários doentes oncológicos, com problemas económicos e socialmente vulneráveis, têm deixado de fazer tratamentos e de ir a consultas, sendo na maior parte dos casos, no IPO do Porto, por falta de dinheiro para pagar os transportes e as várias deslocações.

Sabemos que a lei do transporte de doentes não urgentes, urgentes, exclui esses doentes, entre outros, que necessitam de acompanhamento médico regular e permanente e consideramos que é responsabilidade primeira do Governo.

Contudo, gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente se tem conhecimento deste tipo de casos. Existe alguma linha de apoio para que este problema específico na Câmara Municipal possa responder a este problema?

Se não tem conhecimento, nem existe uma linha, propomos e recomendamos que a Câmara Municipal avalie tal possibilidade.

Gostava de perguntar também:

Numa reunião que a CDU teve com responsáveis pelo IPB, foi-nos dito que está para breve a construção de uma residência de estudantes junto dos bairros, perto de onde está a Escola do IPB. Queria perguntar se é verdade e para quando.

Já agora, está para breve também a entrada em funcionamento dos novos parquímetros nas ruas que já estão sinalizadas. Sendo o que tem sido argumentado que é um bocado para a regularização do trânsito rodoviário, se não está em mente do Executivo a construção de um novo Parque de Estacionamento, que os parquímetros não são para regularizar, mas são para ir buscar dinheiro às pessoas.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira, (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e demais presentes.

Sobre o Ponto 4.1, de uma maneira geral, o que já vem sendo habitual na minha intervenção, é que de facto, nos congratulamos por todas as atividades que são levadas a efeito por instituições locais com o apoio logístico ou de outra forma, da Câmara Municipal de Mirandela e não tenho intenção, mas não tenho vergonha de falar da Escola Secundária de Mirandela.

Eu já estou aposentada, nem tão pouco iria falar deste aspeto, mas sabemos que a degradação de qualquer edifício e quem teve a feliz possibilidade de ter alguma casa, sabe que ela tem que ser cuidada ao longo do tempo.

Provavelmente, (eu também estive na Direção de uma escola) pequenas intervenções teriam sido sempre possíveis. Contudo, águas passadas não movem moinhos, sempre ouvi dizer. Logo, como vi na Informação do Senhor Presidente, está já enquadrado no Quadro Comunitário do Programa NORTE 2020, está de facto agendada a intervenção na Escola Secundária e não sei se mais em alguma escola.

Oxalá, é que seja breve e que os alunos e demais trabalhadores tenham condições para exercer o seu direito de ensino e aprendizagem.

Posto isto, queria apenas fazer aqui duas notas:

Uma relativamente à informação que diz respeito ao Eixo Atlântico.

Li-a toda, costumo ler toda a informação e na redação da Informação sobre os objetivos da Associação Transfronteiriça Eixo Atlântico, achei interessante a aplicação do termo “tangível”. É que geralmente este termo, tem sido mais aplicado na área das artes e tocou-me. Tocou-me no sentido de ver aqui uma mudança de paradigma, um espírito diferente, um espírito artístico. Artístico no sentido lato e bem. Parece-me que há uma associação que se preocupa com os valores humanísticos e está a deixar de lado os números. Portanto, gostei de ver o termo aqui aplicado.

Na página 4, relativamente à apresentação do livro pelo Eurodeputado, eu não pude estar presente, assim como não estive na Assembleia, tinha um compromisso literário e foi-me impossível estar presente.

E ligando à página 42, a apresentação da Edição do número especial, pela Brigântia, apenas uma nota:

Tendo sido tão importante o Padre *Ernesto Sales*, na história de Mirandela. Portanto gente de Mirandela, esperamos que muito em breve também esta obra possa ser lançada e apresentada em Mirandela e que a Biblioteca também tenha alguns exemplares desta importantíssima obra.

Senhor Presidente, relativamente à questão desta edição, eu li, o livro está comigo, sei quem patrocinou a publicação, quem interveio, tudo isso.

Porque eu não tive tempo de fazer a intervenção que queria, o Senhor Presidente enquadrou a intervenção que eu tinha.

Já agora, em nome de todos os Mirandelenses congratulo-me por estar já agendado esse lançamento para 25 de maio, uma data extremamente simbólica para Mirandela, porque na verdade, o Padre *Ernesto Sales*, não sendo de Mirandela, foi mais Mirandelense do que a maior parte dos Mirandelenses.

Portanto, é mais que justo que tenhamos esta obra e a reedição das suas obras, em Mirandela.

Sobre o Eixo Atlântico, eu acompanho e penso que não é para desvirtuar aquilo que eu disse. E acho que não desvirtuou.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Manuela Gândara*, (CDS/PP) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Executivo e restantes Membros.

A minha pergunta é muito direta ao Senhor Presidente da Câmara e foi de uma dúvida que me ficou depois de o ter ouvido.

Como tenho ouvido através da Comunicação Social as declarações que faz sobre as obras nas Escolas, agora fiquei mais esclarecida, mas continuo ainda com uma dúvida, se fosse possível esclarecer.

O Senhor Presidente falou que viriam verbas para duas Escolas: a Escola Secundária, que já tinha ouvido na Comunicação Social e penso que para uma Escola Primária...penso que entendi assim.

Como o Senhor Presidente agora se referiu e não evidenciou qual era essa escola, eu gostaria de saber.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sr. *Garrido*, não são os doentes oncológicos, há aqui uma situação que tem sido acompanhada por nós, mas não é uma preocupação só de Mirandela, é uma preocupação de quase todos os Presidentes de Câmara.

Em princípio vamos ter uma reunião no dia 13 de maio com a ULSN (Unidade Local de Saúde Nordeste), porque como sabe, foi criada uma Unidade em Macedo de Cavaleiros, que segundo sei não está ainda a funcionar, para obviar este problema.

Essa Unidade foi criada em colaboração com o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro em Vila Real.

O que acontece é que os doentes estão a ser enviados para o Porto. Essencialmente e o primeiro transporte, normalmente é pago, porque o Médico de Família passa-lhe a Guia de Transportes e a partir daí terminou.

Sucede que o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, oferece transporte às pessoas da ULSN e por algum motivo que nós ainda não entendemos, as pessoas estão a ser enviadas para o Porto, o que significa que este problema estaria ultrapassado, porque existe disponibilidade do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro de disponibilizar até alojamento a alguns doentes, (os que têm mais dificuldades de se deslocar) em Vila Real.

Esta situação está a pôr em causa o Pólo que estava a ser feito em Macedo de Cavaleiros, aquele acordo que foi assinado há dias e que é verdade que não está a ser executado e neste momento, pedimos esclarecimento. Não há qualquer problema em a Câmara apoiar a deslocação de uma situação pontual, temos o Plano de Emergência e podíamos resolver, mas a verdade é que o Sistema de Saúde financia esse tipo de transportes.

Há um problema de comunicação que nós não entendemos, entre a ULS Nordeste e o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que diz: a minha disponibilidade é esta, se as pessoas fizerem aqui a radioterapia ou a quimioterapia, nós pagamos o transporte se estiverem no raio de, por exemplo, 50 ou 60 kms. e acima disso pagamos o alojamento àqueles que queiram cá ficar. Aliás, já têm acordos com instituições.

Como digo, no dia 13 vamos ter uma reunião com a ULS Nordeste, juntamente com a CIMTT – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, que é a Comunidade Intermunicipal onde estamos envolvidos e esperamos que nessa reunião fique resolvida esta questão porque é absurda.

No caso haver de situações pontuais, que têm acontecido, uma vez ou outra, que estão fora do contexto normal, o que temos aconselhado às pessoas é que se dirijam ao Setor Social e através do Plano de Emergência, - nós podemos apoiar deslocações. Tem acontecido muito com questões que têm a ver com visão. Há pessoas que têm situações mais complicadas e o Plano de Emergência dá apoio.

Posteriormente ao dia 13 de maio, tentarei dar informação sobre isso, espero que fique resolvido nessa reunião.

Sobre a Residência de Estudantes, é assim: depois de terminar o Processo de Construção da Escola, que é um processo que todos compreendemos que prejudicava a Escola de Mirandela, o desafio seguinte não é criar grandes residências. Não é objetivo da Câmara e do IPB em criar uma grande residência, estamos a falar de uma residência na ordem dos 40/50 quartos, para dar também apoio essencialmente aos jovens que têm mais dificuldades.

Eu já incluí a Residência de Estudantes nas prioridades do concelho de Mirandela, não obstante de não serem diretas das prioridades do novo Quadro Comunitário.

Não sabemos se há financiamento na perspetiva direta da residência, pode ser considerado um equipamento e não uma residência. Mas há outras possibilidades que estamos a estudar, nomeadamente de encontrarmos espaços colaborativos, isto é: apartamentos que são geridos em conjunto pelo IPB e pela Câmara Municipal e que permite aos jovens fixarem-se a custos reduzidos.

Temos um problema em Mirandela: O custo do quarto é mais elevado do que em Bragança. Se formos atrativos para os jovens, podemos continuar a ter um aumento significativo de alunos, como foi o caso deste ano, com a nova Escola ainda vamos crescer mais. Estamos a ser extremamente prejudicados, por termos uns custos muito elevados.

Temos um problema com os estudantes do Erasmus, é muito difícil em Mirandela encontrar alojamento para os estudantes de Erasmus, que depois vão para Bragança e muitas das vezes até preferiam ficar em Mirandela.

Temos agora o desafio seguinte, uma vez que a escola se tudo correr bem, neste próximo ano letivo já estará a funcionar, que é: ou construir essa residência ou então encontrar apartamentos ou de recuperar até casas já mais degradadas e transformá-las em residências colaborativas, que até é o conceito que se usa mais nestas circunstâncias.

Em relação aos parquímetros, estão a ser colocadas as sapatas. Os parquímetros termina neste momento a expansão que foi feita, não há mais expansão dos parquímetros.

O que iremos fazer depois da intervenção que estamos a fazer na Rua Machado Vaz, - se tivermos possibilidade nessa altura - é reformular o Parque do Cardal, que tem um problema de entradas e saídas, entra-se por muitos sítios e sai-se por muitos sítios. A estimativa que temos é que se criem cerca de 50 lugares novos, com esta reformulação.

O Cardal não terá estacionamento tarifado, só tem a Rua da Cocheira e só têm as ruas paralelas.

Nós vamos continuar a manter “bolsas de estacionamento”, aquelas que são consideradas bolsas de estacionamento, nomeadamente o estacionamento à frente da Av. das Comunidades.

Neste caso, em relação ao específico da Cocheira, o estudo que fazemos é que talvez seja possível conseguirmos mais 50 lugares com algumas alterações, com a supressão de algumas divisórias, que será feito após terminarmos os passeios da Rua Machado Vaz.

À Doutora *Odete Ferreira*, dizer o seguinte: A Escola Secundária são águas passadas, mas as águas de hoje, quem as está a pagar é a Câmara Municipal.

A água da Escola Secundária e a água da Escola Luciano Cordeiro, é hoje assumida pela Câmara Municipal. Porque, considerando o estado das infraestruturas, se fôssemos debitar os valores daquela água àquelas escolas, amanhã fechavam e não tinham dinheiro para pagar.

Intervenções são feitas todos os dias, rebenta um tubo não sei onde e lá vai a Câmara Municipal ajudar.

Senhora Deputada *Manuela Gândara*:

Quando eu disse que temos lá uma verba, o que Mirandela tinha previsto era um Centro Escolar único para 900 alunos. Eu não acredito neste momento, que seja possível esse conceito.

Tal como eu disse, que na Escola Secundária temos uma identificação, mas aí é fácil, que a Escola Secundária tem 1096 alunos. Temos identificada uma intervenção no Primeiro Ciclo para 657 alunos.

Temos duas opções:

Ou passamos ao Centro Escolar único e passaremos a ter um Centro Escolar apenas dedicado a cerca de 600 alunos, ou então teremos um Pólo novo para cerca de 300 alunos e a reconversão do Convento e do Fomento a outra das hipóteses é a reconversão dos equipamentos atuais e criar um Pólo novo.

Sabemos que o financiamento será para 657 alunos do Primeiro Ciclo, financiados na ordem dos da Escola Secundária, que é de 5.000 mil euros por aluno.

Nós defendemos a atribuição de um *plafond* e que depois seja gerido entre nós e a DGEsT – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, da forma mais adequada.

Uma das soluções que existia, era por exemplo, a criação de um dos Polos ficar encostado à Escola Secundária e à Escola Luciano Cordeiro, criando ali um Polo, mas mantendo o do Fomento e Convento porque esses têm capacidade de expansão.

Naturalmente que as do Plano Centenário não têm condições para serem recuperadas de forma adequada.

Efetivamente a verba está lá, não há uma definição, porque também houve uma mudança do Diretor Regional um bocado abrupta. Estávamos a trabalhar com um Diretor Regional e de um dia para o outro saiu aquele Diretor Regional, agora estamos a trabalhar com o novo Diretor Regional.

Sobre o Eixo Atlântico, dizer à Doutora *Odete Ferreira*, que o Eixo Atlântico tem um prémio de intérprete; tem muitas componentes culturais, nomeadamente tem o prémio de interpretação. Todos anos concorremos, já ganhou a *Joana Lemos* uma vez; tem a Bienal de Pintura que vamos receber este ano em Agosto.

É uma Associação transfronteiriça, que tem uma vertente de congregação e conjugação dos municípios em torno de estratégias e de desenvolvimento integrado regional, mas tem efetivamente uma componente, nomeadamente na publicação de obras, na dinamização de atividades conjuntas; É uma Associação que nós já ponderamos em tempo a continuidade ou não, mas é uma associação que se tem vindo a desenvolver e que pode gerar oportunidades, até de financiamento e tem-se virado muito para a componente cultural, turística e etnográfica.

Em relação aos “Gentes de Mirandela”, é naturalmente para nós uma felicidade a sua publicação, principalmente tendo sido utilizado o veículo da CIMTT - Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, que no fundo foi ela que patrocinou esta publicação, usando a figura da “Brigântia”, que é a revista que a Assembleia Distrital, que entretanto se extinguiu, patrocinava e naturalmente que este é um número que muito nos orgulha, que ele foi revisto, lido e apresentado por dois ilustres Mirandelenses, o Doutor *Telmo Verdelho* e o Engenheiro *Jorge Golias*, que são dois ilustres autores de Mirandela.

Nesta apresentação que foi feita no Museu Abade Baçal, coincidindo o facto de o *Ernesto Sales* e o *Abade Baçal* terem sido colegas e de contribuir muito para a programação dos 150 anos do *Abade Baçal*, foi decidido fazer ali a apresentação, mas só havia 30 exemplares prontos.

Vamos ver se conseguimos fazer no dia 25 de Maio, uma apresentação desta obra “Gentes de Mirandela”, não sei se conseguiremos ter cá o *Jorge Golias* e o *Telmo Verdelho*, mas pelo menos um deles vamos tentar ter cá. É este o motivo porque ainda não temos a agenda fechada, a ideia é tê-los cá, porque eles é que fizeram este trabalho.

Se não conseguirmos no dia 25 de Maio, por um problema de agenda deles, marcaremos imediatamente, assim que possível, esta apresentação.

Também ficou o compromisso de a Câmara Municipal de Mirandela, publicar uma versão revista e apresentada, porque no fundo, eles apenas fazem a revisão dos Quatro Volumes, numa obra única, para dar outro tipo de dignidade a esta obra.

#### 4.2 – Prestação de Contas 2014.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 abril de 2015 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (quatro dos membros do PSD e um do membro do PS Dr. *José Manuel Morais*) uma abstenção do membro do CDS/PP Dr. *Carlos Freitas* e um voto contra do membro do PS, Eng.º *João Casado*.

1. - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2014, da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Vamos então prosseguir os nossos trabalhos, Ponto 4.2, Prestação de Contas 2014.

Inscrições dos Senhores Deputados, por favor.

A inscrição do Deputado *Faustino Cunha*, pode usar da palavra.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da análise das contas relativas ao ano de 2014 pode concluir-se que:

1 - O CDS-PP tinha razão quando criticava os orçamentos anteriores por os considerar empolados.

Este empolamento era intencional, já que fazia inscrever obras/investimentos nunca realizáveis, mas que cultivavam o desenvolvimento de votos.

Veja-se, a título de mero exemplo o orçamento para o ano de 2011 que apontava para uma verba total de 40,5 Milhões de euros, enquanto a sua realização se situou em apenas 43%, 17,5 Milhões de euros.

E não obstante essa realidade o orçamento inicial para o ano de 2013 previa uma receita de 44 Milhões de euros, para um ano que além do Plano de Saneamento Financeiro tinha eleições autárquicas.

Sei que foi forçado a ser reduzido de 44 Milhões de euros, para 36 Milhões de euros, pelo que veio a registar uma realização de 78%, no montante de 28,4 Milhões de euros.

Pode assim dizer-se ser aceitável uma taxa de realização dos orçamentos, próxima dos 70 a 75%, pelo que se espera se venha a prosseguir neste sentido.

2 - O ano de 2014 apresentou uma gestão politicamente anómala já que apresentando um resultado líquido do exercício de 1.543.379,44 euros, ficando por efetuar Transferências Correntes no montante de 600 Mil euros e Transferências de Capital de 415 Mil euros, que não foram efetuadas e que se julga, erram destinadas às Juntas de Freguesia.

3 - Contudo, a gestão da Autarquia foi mais criteriosa em 2014, registando-se que:

Foi possível reduzir a dívida à banca em € 1.445.562,94;

A dívida aos fornecedores foi reduzida para menos de 7 Milhões de euros;

Os custos com pessoal não aumentaram;

Foi significativa a redução de transferências e subsídios, principalmente estes, de 1,9 Milhões de euros para 0,7 Milhões de euros.

Assim, não repugna ao CDS-PP o voto favorável às contas de 2014.

Contudo deixamos um alerta no sentido de se procurar conciliar a continuidade dos resultados obtidos em 2014, com o acréscimo de criação de fatores de desenvolvimento económico e de atenção às situações de pobreza sentidas pelos mais carenciados.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a todos, muito bom dia.

Hoje analisamos, debatemos e votamos os documentos de Prestação de Contas, referentes à Gerência de 2014. Trata-se pois de um momento relevante para esta Assembleia Municipal.

Como temos realçado em anos anteriores, apesar do cumprimento do prazo legal, o conteúdo significativo da documentação enviada, carece de um período de tempo adequado à análise detalhada dos resultados obtidos, face ao projetado.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Mirandela vem pois agradecer a todos, e volto a referir, a todos sem exceção, os colaboradores do Município de Mirandela pelo trabalho que diariamente fazem, com dedicação e empenhamento, porventura nem sempre reconhecido pelo próprio Executivo. A todos os colaboradores que participaram na elaboração destes documentos, só podemos estar reconhecidos pelo trabalho realizado sendo nosso dever esclarecer que o debate que fazemos diz respeito às opções e estratégias políticas, sem nunca por em causa, como é óbvio, a competência técnica dos colaboradores envolvidos.

Não é possível fazer o enquadramento desta prestação de contas, bem como da razão do agravamento acentuado de impostos aos Mirandelenses, nomeadamente no IMI e na participação variável de IRS que o Município poderia obter, que torna ainda mais difícil a gestão de muitos orçamentos familiares, sem fazer referência ao Plano de Saneamento Financeiro contratualizado, para fazer face à desastrosa gestão financeira municipal. É óbvio que a este mecanismo de recuperação financeira municipal, só recorrem as Câmaras em dificuldades económicas graves, traduzindo-se em compromissos vários, entre os quais, incremento de receitas conseguido pelo agravamento dos impostos.

Da análise do Relatório de Prestação de Contas, que inclui uma modificação ao orçamento da receita e cinco modificações ao orçamento da despesa, com uma previsão corrigida de receita e despesa de 35.571.080,27 euros, foram executados 22.549.091,50 euros, em termos de Receita e 32.028.409,34 euros na Despesa. Ou seja, em termos de execução, no exercício de 2014, foi executada 90% da despesa e 63,38% de receita.

Do Mapa de Controlo Orçamental da Despesa e no Balanço constata-se que, em Compromissos Assumidos, a despesa ascende a 22.734.560,64 euros e confirma-se uma amortização em passivo financeiro de 1.445.562,94 euros, uma diminuição na dívida a terceiros de curto prazo de 1.679.724,59 euros, ficando, porém, em dívida para anos seguintes nestas rubricas 14.419.912,69 euros e 8.608.353,76 euros.

Na Demonstração de Resultados do Exercício verifica-se um resultado líquido de 1.543.379,44 euros.

Do Relatório de Certificação Legal das Contas, elaborado pela empresa PKF Accountants & Business Advisers, firmado no passado dia 15 de abril, salientamos as reservas efetuadas, e também referenciadas pelo Vereador do Partido Socialista na Câmara Municipal, Eng.º João Casado, designadamente:

- a) A não confrontação dos valores de inventariação dos bens imóveis do Município com os dados da Conservatória do Registo Predial.
- b) A integralidade dos valores para as Rubricas de “Bens de Domínio Público” e “Imobilizações Corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de dezembro de 2014 totalizavam 64.285.397.00 Euros e, consequentemente, sobre o montante de 1.177.798.00 euros, respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do Exercício” que consta da Demonstração de Resultados.
- c) A análise à rubrica de “Investimentos Financeiros” foi efetuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 ascende a 3.782.403.00 euros.

Adicionalmente, de acordo com o que pudemos apurar, as referidas participações encontram-se relevadas pelo seu custo de aquisição (valor histórico). Por não se encontrarem disponíveis as Demonstrações Financeiras das empresas participadas, não nos foi possível quantificar o impacto de não adoção do Método da Equivalência Patrimonial nas contas do Município com referência a 31 de dezembro de 2014;

- d) A rubrica de “Proveitos Diferidos” é composta essencialmente por valores relativos a subsídios ao investimento destinados à aquisição de imobilizado. Por insuficiência de informação relativamente aos bens comparticipados, não nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2014, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- e) Na data de emissão do presente Relatório, por não ter sido possível proceder à confirmação externa de saldos e à realização de adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação, não podemos concluir sobre a razoabilidade dos montantes de 6.060.518,00 euros e 693.761.00 euros, registados nas rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de Imobilizado”, respetivamente.
- f) No decurso do trabalho efetuado, identificamos responsabilidades que não se encontram evidenciadas no Balanço do Município a 31 de dezembro de 2014, relacionadas com as transferências extraordinárias deliberadas pelo Executivo para Instituições particulares. Deste modo considerámos que o Passivo se apresenta subavaliado em cerca de 1.507.919,00 euros, por contrapartida da sobreavaliação da rubrica de “Fundos Próprios” em igual montante.

Termino num minuto, dizendo apenas, que relativamente ao relatório de Certificação Legal de Contas, antes citado, não caracteriza com rigor e transparência, antes pelo contrário, as contas apresentadas, levantando algumas dúvidas no que concerne aos resultados obtidos em termos de Balanço e na Demonstração de resultados.

É ainda notória da discrepância de valores verificados em várias rubricas no relatório da empresa que certifica as contas do Município e os valores apresentados na prestação de contas de 2014, bem como a falta de evidências no Balanço, relativamente a transferências deliberadas pelo Executivo para instituições particulares no valor de 1.507.919,00 euros.

Apesar de vários investimentos públicos estarem em execução, sobre os quais estamos naturalmente em concordância, apesar de alguns, como é o caso do Museu da Oliveira e do Azeite com anos de atraso, e portanto com custos altíssimos ao erário público, também pela importância estratégica do setor do turismo em Mirandela, temos a referir que este Executivo mantém o caminho mais fácil, que é aumentar as receitas através do aumento de impostos aos Mirandelenses.

Pelos considerandos expostos, e acreditando que deveria ser possível fazer mais e melhor, o Grupo Municipal do Partido Socialista, no seguimento do voto do Vereador do Partido Socialista, João Casado, que nos representa no Executivo Municipal, vota contra a Prestação de Contas, referentes à Gerência de 2014.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro disse:**

Senhor Presidente e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação social, Minhas Senhoras e meus Senhores.

Nesta minha intervenção vou apenas referir-me às medidas ligadas ao **Plano de Saneamento financeiro** e dentro destas, àquelas que maior importância têm na estrutura financeira do referido Plano.

Ao ler o rigoroso e extenso Relatório, é evidente o esforço que foi feito nestes dois últimos anos, sobretudo neste último, para que os objetivos assumidos fossem atingidos, cumprindo assim os acordos subscritos e aceites em 2012.

Vamos aos factos:

Das 23 medidas, 12 têm carácter financeiro. Analisando os desvios previstos no Plano, no seu conjunto, os montantes dos desvios positivos, superaram os montantes dos desvios negativos em mais 200.000,00 euros.

Ou seja: entre os valores inscritos no Plano, os efetivamente executados, foram largamente cumpridos.

Da análise da execução da Receita e da Despesa, a Receita executada, foi superior à prevista em mais de 250.000 euros.

No que respeita à despesa, verificou-se uma redução que ascendeu a 1.400.000 euros.

Salienta-se que todas as despesas foram inferiores às previstas exceto as do serviço de dívida e a dos programas ocupacionais do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

Ao nível das despesas com pessoal, a medida 14 por exemplo, previa a redução de cerca de 45.000 euros relativamente a ao ano de 2013, que implicava a desvinculação de 4 trabalhadores em 2014. Tal não foi necessário, já que a cessação de funções de 14 trabalhadores (reforma 12, falecimento, 1 e rescisão do contrato, 1) originou uma poupança de 60.000 euros.

Relativamente à análise do Balanço, é importante também referir que a taxa de execução do **ativo líquido** em relação ao previsto no Plano foi de 97% e a taxa dos **capitais próprios e do passivo** foi de 98%. Estes valores, próximos dos 100%, explicam o bom desempenho e cumprimento dos compromissos assumidos, ficando também muito acima do esperado.

Na Demonstração dos Resultados, pese embora o facto positivo de os custos terem sido inferiores aos inicialmente projetados no Plano, os proveitos, sobretudo os provenientes das vendas, prestação de serviços e das transferências do Poder Central foram inferiores, razão pela qual a taxa de execução se situou em 73%.

Finalmente, da análise global das 23 Medidas do Plano de Saneamento Financeiro, o trabalho desenvolvido pelo Executivo, no cumprimento dos acordos assumidos, demonstrou mais uma vez o grande empenho, dedicação e responsabilidade na condução da árdua tarefa de pôr as contas em dia, da Câmara Municipal, mesmo com uma conjuntura económica desfavorável, que infelizmente, ainda persiste.

Nestas circunstâncias, considerando também a constatação rigorosa dos elementos descritos e confirmados na Prestação de Contas e demais Documentos, nomeadamente o volume de obras realizadas e as taxas de execução atingidas, estamos certos que paulatina e rapidamente, iremos superar as dificuldades que a conjuntura económica desfavorável, dos últimos anos, nos criou.

Por isso, o PSD vai votar a favor, deixando aqui uma palavra de reconhecimento, pelo trabalho desenvolvido, quer pelo Executivo, quer pelos seus trabalhadores.

Muito Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e Minhas Senhoras, muito bom dia.

A matemática é uma ciência exata, mas tem um defeito, que nós podemos fazer a leitura dos números de várias maneiras: para cima, para baixo, para o lado, da maneira que nos interessa.

E vimos aqui, já uma demonstração dessa arte de ler os números de maneira diferente.

É como o outro: um dizia que o copo estava meio cheio, mas o outro que era contra, dizia que o copo estava meio vazio: é aquilo que nos interessa.

E é pena eu não ver aqui referidas as obras que se fizeram durante 2014...isso não interessa! O que interessa é falar nos aumentos de impostos...até parece que isto me cheira a legislativas...

Mas depois se verá...

O Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2014 da Câmara Municipal, é como de costume apresentado a esta Assembleia Municipal, dando cumprimento ao Art.º 25 e 27 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Como nos anos anteriores, entendo que as "Contas" são da competência do Tribunal de Contas, pois tecnicamente elas estarão corretas e serão eles que irão ou não validar esses resultados.

Antes de iniciar a minha análise ao Relatório de Prestação de Contas de 2014, deixo aqui o meu louvor pelo trabalho desenvolvido por todos os que participaram na feitura destes documentos, que hoje se encontram em análise e para aprovação na Assembleia Municipal.

Os documentos de Prestação de Contas, devem traduzir a atividade municipal durante o ano de 2014 e ao fazermos a análise desses documentos, devemos ter presente as condicionantes que não permitiram que se fizesse mais e melhor, como sejam os compromissos assumidos em 2013, pela assinatura do Plano de Saneamento Financeiro que condicionou a gestão de 2014, pelos mecanismos de controlo e procedimentos determinados pela lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, bem como pelas restrições determinadas pelo Orçamento Geral do Estado.

**Apesar destas condicionantes e de outras que veremos mais à frente, verificamos que a taxa de execução do Orçamento do Exercício de 2014 foi de 61%, taxa essa que poucas autarquias conseguiram atingir e com uma receita cobrada próxima dos 64%, verificando-se assim uma grande aproximação entre valores orçamentados e executados, deixando a Oposição sem argumentos que os Planos de Atividade são empolados.**

*Em 2014 após todos os recebimentos e pagamentos realizados, verificou-se um saldo orçamental para o ano de 2015 de 615 mil euros, mas se pegarmos no mapa de empréstimos de médio e longo prazo verificamos que a dívida em 01 de janeiro era de 15 Milhões 865 Mil euros e que em 31 de dezembro diminuiu para 14 Milhões 419 Mil euros, verificando-se uma descida de 1 Milhão 445 Mil euros. Isto também é um resultado de uma boa gestão durante o ano de 2014.*

Por outro lado verificamos que houve uma diminuição da despesa corrente, relativamente aos últimos anos, bem como uma significativa diminuição das transferências correntes para as diversas instituições, dando cumprimento ao que ficou acordado no Plano de Saneamento Financeiro.

A própria Oposição, reconhece que o município tem efetuado investimentos, a pesar das suas limitações e tem abraçado grandes projetos, como a **Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela; Dinamização e Modernização do Complexo Cultural; Museu do Azeite já em fase de conclusão; a Ecoteca praticamente concluída; Recuperação e Qualificação da Avenida das Amoreiras e dos Bombeiros Voluntários; Campo Desportivo da Reginorde; Reabilitação da Sede da Associação de Socorros Mútuos; Reabilitação do antigo quartel da P.S.P.; Reabilitação do Edifício da Casa do Povo e Posto da G.N.R. de Torre D. Chama e outras que poderiam ser mencionadas.**

Estas obras foram reconhecidas na Declaração de Voto do Vereador do Partido Socialista.

Outros afirmam que ainda se podia fazer mais. É verdade, se não existissem componentes negativas que condicionam e muito a ação da Autarquia, pois além das já mencionadas temos outras como a descentralização de competências para a Administração Local, de há muitos anos e que os valores transferidos nunca foram atualizados e têm penalizado fortemente a despesa corrente, nomeadamente na Educação como sejam os transportes escolares e refeições que não vão além dos 50% dessas despesas, que depois a autarquia tem que cobrir esse diferencial.

Mas as componentes de maior dimensão continuam a ser as despesas associadas ao fornecimento de água, lixos e tratamento das águas residuais. O elevado custo do tarifário em alta não é depois compensado com o tarifário das redes em baixa. A estas diferenças que a autarquia tem que suportar, acrescem ainda valores com a manutenção e operação de todo o espaço público na área geográfica do concelho que representam elevados encargos que se refletem na despesa corrente.

Nesta componente o Ministério do Ambiente tentou harmonizar os preços da água e do tratamento de lixos e águas residuais, mas logo o Litoral se levantou muito indignado reclamando que estão contra e querem que os do Interior continuem pagando a fatura para eles beneficiarem de custos mais baixos, **Que estranha forma de solidariedade das autarquias do Litoral.**

Eles só são solidários com os do Interior para terem um coeficiente de desenvolvimento menor e assim continuarem a receber fundos comunitários. Amigos destes, nós não precisamos e a sorte deles é que nós somos uma população pacífica.

*É urgente pensar-se numa Regionalização em que o Interior se una e deixe de lado o Litoral. Não vejo outra maneira do Interior se desenvolver. Se estamos à espera da solidariedade do Litoral o melhor é esperarmos sentados, até que o Interior se transforme numa zona despovoada e depois numa zona de caça. Se o país está longe do desenvolvimento de grande parte da Europa o Interior também continuará longe do desenvolvimento do Litoral.*

Apesar das dificuldades expressas e de todos os constrangimentos orçamentais, a autarquia não deixou de assumir o seu papel de suporte e incentivo à sociedade civil, quer ao nível desportivo, cultural, recreativo e social.

***Por outro lado deve-se referir o apoio da autarquia à construção e recuperação de equipamentos sociais e religiosos como sejam os encargos mensais com o Lar Residencial da APPACDM; Quartel dos Bombeiros de Torre D. Chama; Lar do Romeu; Lar de S:Pedro Velho; que continuam a pesar nas despesas da autarquia.***

Depois desta reflexão só nos resta concluir que durante o ano de 2014, o Executivo fez um belíssimo trabalho de gestão e de investimento nos vários campos e como tal este Relatório de Contas de 2014, merecia ser aprovado por unanimidade ou pelo menos não ter votos contra.

Coloquemos de parte o interesse partidário e votemos com a consciência de que este Executivo realizou e concretizou muito bem os objetivos a que se tinha proposto para 2014.

**Da nossa parte, o grupo parlamentar do PSD fica orgulhoso do seu Executivo e vai votar favoravelmente esta proposta.**

Muito obrigado pela atenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **José Manuel Pavão** disse:

O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, faça favor.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **António Branco** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Eu gostaria de pedir à Assembleia – na Reunião de Câmara fui confrontado com o Relatório dos Revisores Oficiais de Contas e eu manifestei nessa altura que não me pronuncio em relação a esse Relatório, uma vez que ele é produzido por uma empresa, que tem a sua independência e nesse sentido, eu pedi ao Doutor *Tiago Rocha*, responsável da PKF, que estivesse presente nesta Assembleia - e ia pedir autorização ao Senhor Presidente, que ele prestasse os esclarecimentos que aqui foram solicitados e mencionados pelo Partido Socialista, no que se refere exclusivamente ao Relatório e eu falarei posteriormente, do ponto de vista político, do Orçamento em si.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Senhor *Tiago Rocha* representante da empresa PKF faça favor.

----- **O Senhor Técnico Oficial de Contas, *Tiago Rocha*, da Empresa PKF disse:**

Muito bom Dia Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, muito bom dia ao Senhor Presidente da Câmara, aos restantes Membros da Mesa e da Vereação e aos Senhores Deputados Municipais.

Eu, antes de passar mesmo à análise dos pontos que constam do nosso Relatório, gostava de dizer que estou aqui em representação da PKF e Associados, que é uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e que na verdade, neste Município e em tantos outros, produz um trabalho de total e integral independência e transparência, como é definido no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Posto isto, então, eu, relativamente aos pontos que constam do nosso Relatório, que se traduz em três limitações, ou quatro limitações e uma situação em que consideramos existir aqui uma subavaliação, um desacordo quanto às contas, passava então a fazer uma análise objetiva de cada um dos pontos:

O primeiro terá a ver com a inventariação dos bens do Município, essencialmente os bens imóveis, inventariação essa que foi feita na altura em que o POCAL - Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais entrou em vigor, que foi em 2003.

Nessa altura a lei saiu com efeitos retroativos e portanto, todos os Municípios tiveram que, num curto espaço de tempo, fazer uma inventariação do seu património, tendo em vista a relevação contabilística patrimonial, desse mesmo património.

O que aconteceu, foi que o inventário não foi feito tendo por base também e aquilo que nós achamos as boas práticas neste tipo de situações, é que a informação recolhida fosse de certa forma confrontada com a informação externa, no sentido de percebermos se a informação que foi levantada, se eventualmente será integral, se lá está tudo o que devia estar.

E o que se passa é que essa inventariação não nos transmite, de certa forma segurança, relativamente ao valor que consta nas rubricas do imobilizado do município.

Por isso, é que temos esta questão, uma limitação ao âmbito do nosso trabalho, relativamente aos bens do domínio público, às imobilizações corpóreas, de uma forma geral, os quais totalizam 64 Milhões, 285 MI euros, aproximadamente.

Por outro lado e passando já ao segundo ponto, temos a rubrica de Investimentos Financeiros, cujo saldo de 3 Milhões 782 Mil, euros, resulta também no fundo, do levantamento de todas as participações financeiras, que o município tinha à data.

Portanto, estes 3 Milhões 782 Mil euros, vêm já do momento inicial da entrada em vigor do POCAL, motivo pelo qual nos é muito difícil, de certa forma, validar este saldo, porque não existe documentação que suporte a aquisição das participações, ou grande parte deste saldo não se encontra suportado por documentos que justifiquem o valor.

Por isso mesmo, nós não conseguimos validar este montante, embora, quer uma situação, quer outra, esteja no decurso do exercício de 2015, esteja a ser alvo, objeto de uma análise exaustiva por parte dos serviços do município.

A questão dos Proveitos Diferidos, está intrinsecamente ligada ao imobilizado, logicamente, porque os Proveitos Diferidos dizem sobretudo respeito aos subsídios ao investimento, que se destinam a apoiar efetivamente o imobilizado, é adquirido, ou a obra feita.

De certa forma, porque não nos é possível validar o imobilizado e porque não existe um controlo relativamente a estes subsídios, no que respeita ao seu detalhe, por bem que foi objeto o apoio do subsídio, também não nos é possível verificar se o mesmo subsídio está a ser reconhecido na demonstração dos resultados, na proporção das amortizações, dos bens que esses subsídios se destinam a financiar.

No fundo, o que nós estamos aqui a dizer, é que conseguimos validar a rubrica dos Proveitos Diferidos, que consta do Balanço e cujo valor ascende a cerca de 22 Milhões e Meio, mas o que não conseguimos efetivamente validar, é o montante que é retirado desta rubrica, todos os anos e que é imputado à Demonstração dos Resultados.

Por falta de informação, no fundo, não conseguimos aferir se o valor imputado a cada um dos exercícios, se é o mais correto, ou não.

Depois, relativamente ao ponto a Limitação Quatro, o que ele significa, é que nós, pese embora os pedidos de confirmação de saldos enviados a entidades terceiras, nomeadamente a fornecedores e a fornecedores de imobilizado e pese embora, em adição, os segundos pedidos e as insistências que foram feitas, quer por nós, quer pelos Serviços Financeiros do Município, não obtivemos efetivamente respostas aos pedidos de confirmação.

Por esse motivo e não tendo de facto confirmação por parte dessas entidades, não nos foi possível validar ou aferir da razoabilidade dos saldos que se encontram nas rubricas de fornecedores e de fornecedores de imobilizado, não na sua totalidade, mas nos 6 Milhões e 60 Mil, de fornecedores e 693,761 Mil, em fornecedores de imobilizado.

Por último, a reserva que está transcrita no Ponto oito, diz respeito a Deliberações relativas a transferências extraordinárias a instituições particulares, no valor de 1 Milhão e 500 Mil, que não se encontram reconhecidas como uma responsabilidade do Município.

É evidente que este valor diz referência a 31 de dezembro de 2014, sendo que por via da regularização, por via de pagamentos, por via de regularização de alguns valores que não se encontravam corretos, à data de hoje, o valor em dívida, excede em pouco...diria os 600 Mil euros, "salvo o erro", são 650 Mil euros que não estão refletidos, em termos de responsabilidades.

Qualquer uma destas situações, destas transferências, está a ser objeto de um escrutínio, objeto de uma análise detalhada e é nossa expectativa que no final do exercício de 2015, que estas situações estejam todas esclarecidas e devidamente evidenciadas em termos de Balanço.

E posto isto, nada mais me apraz dizer.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Muito obrigado pelo seu contributo.

O Senhor Presidente quer acrescentar alguma coisa sobre esta matéria?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Se me permite farei agora a intervenção política que me compete, em relação à análise desta Prestação de Contas.

Gostava de começar por dizer que quando se põe em causa aquilo que é a atividade na perspetiva da transparência, é bom sermos claros quando usamos o único mecanismo que tem vindo a ser acrescentado à nossa gestão nos últimos anos, que aumenta essa transparência.

Nós somos naturalmente auditados pela empresa de Revisores de Contas, que tem obrigações, tal como acontece em todas as empresas municipais hoje em dia, somos auditados pelo Tribunal de Contas, em dois formatos: o formato do Plano e Saneamento Financeiro e no formato, neste caso, na Prestação de Contas Municipais e somos ainda auditados pela DGAL e como sabem, também somos auditados pela DGF e sem contar que hoje em dia a Ordem dos TOC's, faz basicamente uma auditoria anual, às contas dos anos anteriores, que é por assim dizer, um guião magnífico, para aqueles que queiram olhar para o desenvolvimento do seu concelho, um excelente trabalho a nível nacional, ao nível de todos os municípios.

Quando nós pretendemos utilizar um documento de transparência como única arma de arremesso político, eu, realmente, o único argumento que conseguiria encontrar, seria que não tive tempo para ver os documentos, que os documentos foram enviados tarde, aquele documento que encontramos todos os anos e que é enviado todos os anos.

Eu vou ser muito telegráfico em relação às três situações que foram colocadas pela PKF, que eu disse que não me iria manifestar diretamente sobre elas, mas é importante que fique registado aquilo que é o comentário da empresa, mas também o meu comentário, para que não fique claro que nós não ouvimos aquilo que nos é dito, neste caso, pelo nosso Auditor.

Primeiro Ponto:

Alguém tem dúvidas nesta sala que o valor do imobilizado que está transportado é muito superior ao que lá está? Alguém tem dúvidas? Não há uma única pessoa nesta sala...pode estar mal calculado, tem que ser sujeito a confirmações, provavelmente há muito que nem está registado, como nós sabemos. Numa análise simples deste Inventário, vão ver as lojas do mercado e estão todas a valor zero, ou a grande parte delas, a valor zero...só um exemplo.

Em face disto, alguém tem dúvidas que o valor é superior àquele? Ninguém tem dúvidas...o valor ainda seria superior.

Agora, foi bem recomendado pelo Revisor, que nós temos que fazer um procedimento interno de validação, porque isto não aconteceu quando foi feita a transição do POCAL.

Ponto dois:

Mais uma vez, estamos a falar de algo que não é a nossa responsabilidade, não somos nós que temos que o ser e vamos ver como o fazemos. Mas a verdade é que se um de vocês nesta sala me conseguir dizer a quanto corresponde a participação financeira desta Câmara, nas Águas de Trás-os-Montes, por exemplo, eu agradeço porque eu não sei. Isto não quer dizer que não tenha sido pedido.

Vamos lá ver: quando nos dizem que as participações não são confirmadas, não é uma coisa que está do nosso lado, é uma coisa que está do lado de lá. E se por acaso, em algumas empresas mais pequenas, é fácil fazer essa validação, dou o exemplo das Águas de Trás-os-Montes, em que eu não sei o valor que aparece nas contas, é o valor que temos, desde o dia que aderimos a essa mesma instituição.

Mais uma recomendação, que nos vai obrigar a ser mais atuantes durante este ano, para obter informação.

Mas alguém tem dúvida que o valor que lá está é superior àquele que nós lá temos e estamos a falar de ativos?

É verdade que em relação aos subsídios e ao investimento, - esta recomendação, se não estou em erro, até já vinha no Relatório do ano passado - porque felizmente, nós temos neste momento um volume em curso de obras financiadas, que nos leva a demorar algum tempo a fazer esta validação.

Mas alguém tem dúvidas que esta é uma recomendação que tem a ver com o facto de nós não termos transitado para o imobilizado, por de termos obras em curso, em demasia? Vejam só o que vale a EsACT!...São 5 milhões de euros...

Alguém tem dúvidas que o imobilizado corpóreo é superior ao valor que lá está? Não sei.

Quanto à confirmação de saldos, é o que mais me preocupa, porque quem ler aquela reserva, dá a impressão que a Câmara Municipal oculta as suas dívidas aos fornecedores. O que não é verdade.

A confirmação de saldos é algo que é feito de forma externa e tem que ter uma resposta externa.

E o que não existe, infelizmente, não obstante as nossas insistências, até com empresas que são grandes credoras nossas, é a confirmação, ou às vezes existem dúvidas, como por exemplo, saldos contestados, que não são confirmados.

Ninguém tenha dúvidas que tudo o que ali está, é tudo o que nós registamos.

Finalmente a questão dos subsídios, essa sim, política.

Tem sido objeto de muito debate entre nós e o Revisor desempenha a sua função, mas a verdade é esta:

Eu sou político, não sou técnico e para mim é extremamente fácil chegar ao final do ano, anular os subsídios todos e aprová-los no dia 01 de janeiro...com enorme facilidade. E altero completamente a gestão deste tipo de rubricas.

Se o vou fazer ou não, é uma opção política, não é técnica...é política.

Eu estou a dar este exemplo e não será esse o caminho que nós estamos a seguir, nem é esse o caminho que nós pretendemos, porque aqui o que nós temos são pistas para melhorar a nossa eficiência na gestão das contas.

A verdade é que há um caminho técnico e há um caminho político.

A mim cumpre-me estabelecer qual é o caminho político.

Por esse motivo, quando nós falamos na aprovação duma Prestação de Contas, existem duas dimensões: a dimensão técnica e a dimensão política.

Penso eu que nesta Assembleia, já tivemos debates políticos...lembro o debate, no ano passado, sobre os "Proveitos Deferidos" apresentado pelo Deputado *Faustino Cunha*, em que fez uma pergunta concreta em que foi esclarecido e nunca mais falou no assunto, porque compreendeu perfeitamente. É verdade, os Proveitos Deferidos, foi algo que eu clarifiquei aqui no ano passado, são elevados, pelos motivos que já aqui foram expostos, é mais uma questão ligada aos subsídios de investimento.

Mas há aqui uma componente política e quando nós não temos outro argumento que não seja a componente técnica, é que realmente já não temos argumento político.

Se os documentos são difíceis de ler...mas fazemos um Relatório todo arrumadinho, com gráficos, tudo direitinho, para que as pessoas possam ler o Relatório, não na perspetiva dos documentos financeiros, mas principalmente da informação que cá está.

E quando ouvimos aqui afirmar que a Câmara Municipal tem vindo a suportar a sua atividade, pelo aumento dos custos diretos, antes, gostaria que tivessem pelo menos visto que a Câmara no seu anterior exercício, afirmou a sua atividade por uma redução de despesa que levou a que pela primeira vez, há longos anos, ou das primeiras vezes, a receita corrente foi transferida para a receita de capital, que é o objetivo de qualquer boa gestão, principalmente numa autarquia.

Também era importante que vissem que essa redução de despesa é contínua e gradual, não pondo em causa o normal funcionamento desta câmara Municipal e o aumento significativo do investimento que algum dele ainda está em curso.

Mas quando falamos em impostos diretos e volto a dizer: os gráficos estão cá...corram as folhas...Eu gostava que fossem ver o gráfico das Transferências do Estado...

Em 2011, o Estado transferia para esta Câmara Municipal, 9 milhões e 200 mil euros; no ano passado, transferiu 8 milhões e meio, uma diferença de 1 milhão e 300 mil euros, que nós suportámos e internalizamos.

Em 2011, o somatório dos impostos diretos, nesta Câmara Municipal, os dados estão aí, não são meus, eram 1 milhão e 857 mil euros.

Em 2014, é verdade, são 2 milhões e 742 mil euros. Nós perdemos 1 milhão e 300 mil euros do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, que são as Transferências Correntes, com as quais nós nos suportamos e afinal só ganhámos 900 mil euros em Impostos Diretos.

Recordo, que quando falamos em Impostos Diretos e quando falamos nesta diferença, estamos a falar da introdução imposta pelo Saneamento Financeiro, que nós aqui assumimos, do IRS, que representa mais de 500 mil euros.

Portanto, quando se vem falar de um enorme crescimento de impostos, ou andamos distraídos, ou não lemos o documento, ou então preferimos apenas apontar para aquilo que é o Relatório do nosso Consultor.

Seria bom, que quando se faz essa análise e quando se olha para o documento e para os gráficos, se visse que por exemplo este ano, tivemos um ano record de cobrança de receita, em Fundos Comunitários, duplicámos o valor.

Se vocês forem ver o gráfico que tem as transferências de Fundos Comunitários, nós tivemos anos em que tivemos 300 mil euros de receitas de Fundos Comunitários em vigência deste Quadro Comunitário.

No ano passado tivemos 1 milhão e 400 mil euros e este ano ultrapassámos claramente os 3 milhões de euros e acreditem que em 2015, vamos ultrapassar claramente os 3 milhões, na cobrança dessa mesma receita.

Porque nós optamos por um caminho que está escrito no nosso Saneamento Financeiro.

Eu admito todas as críticas do passado, aqui as recebo e aqui as aceito.

Admito que efetivamente temos uma situação para recuperar, mas quero que me diga o primeiro, neste momento, qual é a penalização que tem sofrido Mirandela, no ano de 2014, por nós estarmos nesta situação de Saneamento Financeiro:

Diminui o investimento? Digam-me onde?

Deixámos de concorrer aos Fundos Comunitários que estavam em vigor, não tendo assim tanto investimento? Digam-me onde?

A Câmara sente-se sufocada?

Diminuímos os pagamentos em atraso?

Na rua temos aquela má imagem, que nem dinheiro temos para um parafuso?

É essa a nossa imagem, neste momento? Diminuímos ou não o prazo de pagamento, em termos de pagamentos em atraso?

Não está completo, é verdade, não está. E já agora, mesmo que nós tivéssemos este enorme aumento de impostos que aqui foi mencionado, há contas que são simples...

É que nós baixámos a dívida em 2 milhões e 400 mil euros, ou 2 milhões e 500 mil euros e só isso seria coberto pelos impostos diretos. Conseguimos fazê-lo ainda, contrariando tudo aquilo, que é o nosso sentimento de gestão.

Que Presidente feliz seria este, se não tivesse um único subsídio que atribuir...

Ou que Presidente feliz seria este se não tivesse um pedido para subsídio, no seu dia-a-dia, não houvesse um dia, que não tivesse um pedido de apoio ou subsídio. Mas a verdade é que isso era contrariar também a forma de gerir e aquilo que eu acredito que é o papel da Câmara Municipal, na dinamização social, na dinamização económica, na dinamização até, do desenvolvimento rural e territorial.



Ouvi aqui dizer que as transferências para as juntas diminuíram...

Só em materiais, distribuímos às Juntas de Freguesia, no ano de 2014, 187 mil euros, em materiais.

É evidente que estes 187 mil euros, em muitos casos foram retribuídos por apoios em mão de obra, para manter origem a outros investimentos de dimensão diferente. Mas a verdade é que nós estivemos sempre presentes, garantindo que em Mirandela não há diminuição, mas que há aumento e garantindo uma coisa fundamental...

Quando eu oiço falar aqui em pouco reconhecimento dos funcionários municipais, eu só posso dizer que os louvores cheiram a pouco, porque há um documento em que ninguém fala, que é este... O Relatório de Atividades. Ninguém fala deste documento, que é o documento de que eu mais gosto.

Acreditem ou não, é um documento que me empenho em elaborar, porque eu quero que fique claro no Relatório de Atividades, o orgulho que eu tenho pelo trabalho que fazem os meus funcionários... e ele está cá...

Alguns dos Senhores tiveram o cuidado de ver que em Mirandela houve 588 atividades culturais, desportivas, entre outras, sem contar as correntes.

Algun dos Senhores viu aqui, que em Mirandela nós temos mais de 860 atletas federados, que são apoiados diariamente por esta Câmara Municipal.

É aqui que está a sociedade de Mirandela, não é nos programas de rádio, não é nas conversas de café, é aqui.

Aqueles que são voluntários e todos os dias trabalham connosco, para termos uma Mirandela como nós desejamos. Não é na boca daqueles que acreditam que o erro está sempre do lado de quem não faz.

Façam a vossa contabilidade, vejam aqui, onde está, aquilo que é atividade municipal, para lá daquilo que é a Prestação de Contas.

Vejam aqui, as opções que nós temos feito e já agora vejam também o sacrifício que fazem os nossos funcionários... isso, eu não admito...

Eu tinha aqui uma lista que me diz o que vai acontecer neste mês de maio, a começar agora.

Hoje mesmo, temos a inauguração de uma exposição, no Palácio dos Távoras; amanhã temos o aniversário do dia 01 de Maio; no dia 02 de maio, temos uma prova de Ciclismo na Zona Verde; no dia 03, enfim, juntando o fim-de-semana todo, temos a Festa de Nossa Senhora da Encarnação.

Na próxima semana temos a Feira do Vinho & Morangos, que são grandes atividades;

Há mais três atividades desportivas, não estou a falar das competições correntes, estou a falar de eventos;

No dia 16, teremos a Feira da Cereja e teremos também vários debates;

No fim-de-semana seguinte, teremos um fim-de-semana dedicado a Mirandela, que começam no dia 22 com os Jardins Nómadas e acabam no dia 25, com o "Dia da Cidade";

Paramos? Não, ainda temos o S. João Bosco, de quem não me posso esquecer.

Paramos? Não.

Na semana seguinte teremos também a celebração do "Dia da Criança"; "Semana da Juventude", "Passeios Pedestres"...

Isto é feito com o esforço de quem? Isto é feito com o esforço dos nossos funcionários e muitas das vezes, temos nós, o Executivo que responder por eles.

É tão fácil montar uma tenda... é tão fácil fazer um transporte...

Às vezes esquecem-se que há pessoas que estão a trabalhar em contínuo há 15 dias. Para termos essa capacidade de resposta e para Mirandela ser o que é, precisa-se fazer muito trabalho.

Hoje, tenho que vo-lo dizer, que não é muito o meu estilo, mas sento-me aqui com orgulho de pertencer e de liderar uma equipa que entendeu em primeiro lugar, qual era o caminho que tínhamos que seguir e esse caminho podia ser mais rigoroso, também o digo com algum à vontade, não vou aqui enfrentar laivos de perfeição, mas sabemos qual é o nosso caminho.

Também sabemos uma coisa, é que esse caminho tem que ser feito em conjunto, não só com a Câmara Municipal, não só com os funcionários, com o Executivo ou os Membros da Câmara, tem que ser feito em conjunto com aquilo que para mim tem mais valor em Mirandela, que são efetivamente o nosso movimento social, o nosso movimento religioso, o nosso movimento desportivo. Também o movimento institucional, que tem levado a que seja possível, tudo aquilo que fazemos, tudo aquilo que nós trabalhamos.

Como vos digo, hoje aqui, sinto-me orgulhoso, por poder apresentar um documento que não rejeita o passado, mas sabe bem o caminho que vai a seguir para o futuro Foi isso que dissemos na "Introdução".

Este foi um ano de ajustamento, foi um ano em que começámos a orientar-nos no sentido daquilo que gostaríamos o que fosse a nossa gestão e esperemos e desejo, é aqui que me comprometo, que seja este o caminho que vamos seguir na gestão da Câmara Municipal.

Já gora, não obstante, terem mudado as regras do cálculo do endividamento municipal, por causa da nova Lei das Finanças Locais, seria interessante que vissem e se lembrassem, que se não fossem as dívidas de algumas entidades que são compatibilizadas connosco, nós hoje já estaríamos 300 mil euros acima do que é o cálculo de endividamento do nosso Município.

Isto é, saímos do grupo dos municípios endividados acima do valor que devem.

Esperemos que seja, não hoje, porque hoje é o dia da votação, mas aconselho-vos a todos uma leitura atenta do Relatório de Gestão da Prestação de Contas, os gráficos são claros, mas também uma leitura atenta (sei que é mais difícil, mas nem que seja num momento de insónia) do Relatório de Atividades desta Câmara Municipal e que aí sim, tragam aqui a devida valorização dos funcionários municipais.

Muito obrigado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor (38 dos Membros do PSD e 7 dos Membros do CDS/PP) e 7 votos contra (6 dos membros do PS e 1 da CDU) aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2014.”

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

**“Declaração de Voto verbal**

Eu votei contra, porque esta apresentação do Relatório e Contas, em termos técnicos, aliás foi explicado, não tem nada a ver, há entidades capazes de ver se estão bem ou mal, a minha questão, é uma questão política.

Ora, isto, vindo do Plano e Orçamento ao qual votei contra, não esperava o Executivo que a oposição batesse palmas.

É uma razão, porque, não estando a fazer aquilo que é o nosso Plano e Orçamento, esta Prestação de Contas, em termos políticos, é a razão porque votamos contra.”

**4.3– Inventário 2014.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 abril de 2015 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD e dois dos membros do PS) e uma abstenção do membro do CDS/PP Dr. *Carlos Freitas*:

- 1 – Aprovar o Inventário de 2014, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 – Submeter o referido documento à respetiva avaliação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:

Passamos ao Ponto seguinte, Inventário de 2014, há alguma inscrição?

Não há nenhuma inscrição neste Ponto do Inventário?

O Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma prestação sobre esta questão, o Inventário?

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um documento legal que obrigatoriamente tem que ser votado em conjunto com as Contas, é um dos elementos que nós falámos no anterior, que irá ser trabalhado no próximo ano numa perspetiva diferente, mas traduz o que é hoje em dia o sistema do Inventário Municipal, que anualmente vai aumentando e tem que vir aqui legalmente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:

Vamos votar este Ponto do Inventário?

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

O Inventário é apreciado, as Contas é que são votadas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:

Até aí sabemos nós.

Deixe-me clarificar, Deputado *David Garrido*.

Não foi posto ainda à votação.

Aí há um adiamento verbal do Senhor Deputado.

Tem que ser rigoroso nas palavras e preciso, que é a nossa preocupação.

A preocupação da Mesa é rigor e respeito pelo Regimento. O Senhor Deputado está a dizer que pus à votação e não é verdade. A Mesa o que está, é a procurar a informação que vem do Executivo, se deve ser votado, ou não.

Ora o contributo e o dever dos senhores Deputados dos grupos municipais, é de contribuírem para o bom andamento dos trabalhos.

Se o Senhor Deputado dá a sua informação, a Mesa reserva-se no seu direito e no seu dever de procurar também outras informações.

E quando a Mesa tiver a certeza que é votado ou não é votado, comporta-se como tal.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha interpretação é que quando apreciámos e votámos as contas, elas pressupunham o Inventário.

Portanto, neste momento, as contas foram apreciadas, foram votadas e lá constava o Inventário.

Portanto, não há mais votação agora.

Podemos é querer alguns esclarecimentos sobre o Inventário e podem fazer as perguntas. Eu se calhar também faria.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Se o Senhor Presidente me der um segundo...

Uma vez que há esta dúvida, a nossa interpretação, talvez errada, eu reconheço e já tive oportunidade de a manifestar, é que o Inventário tem que ser votado. Essa é a nossa interpretação.

Eu pedia a bonomia desta Assembleia, para o facto de nós não ficarmos condicionados a termos uma irregularidade associada ao Inventário, na Prestação de Contas por causa desta dúvida.

Assim, não me parece que haja qualquer problema se ele for colocado à votação.

No ano passado esta questão colocou-se e nós tivemos um esclarecimento a dizer que o Inventário teria que ser votado.

Com todas as reservas que eu mentalmente coloco, tivemos um esclarecimento para essa votação.

Penso que formalmente não viria mal ao mundo e ficaríamos já com este assunto descansado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Então, se é assim a ideia da maioria, vamos votar.

----- *O Senhor Deputado David Garrido, ausentou-se no momento da votação.*

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor, (38 dos Membros do PSD e 7 dos Membros do CDS/PP) e 6 abstenções do PS aprovar o Inventário de 2014, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **4.4– Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – 2014.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 março de 2015 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade

- 1. - Aprovar o Relatório do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – 2014, conforme proposto;**
- 2 – Enviar o referido Relatório ao Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela e aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, vereadores e membros da Assembleia Municipal. Deverá ainda ser publicado em diário da república e na página da Internet do Município;**
- 3 – Submeter esta deliberação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4. 4, Relatório de Observância do Estatuto do Direito da Oposição.

Inscrições, por favor.

O Senhor *Carlos Fraga* pode usar da palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito da Oposição, dizer o seguinte:

Ele vem aqui porque é um imperativo da lei, estamos em democracia e porque existe oposição, porque se não existisse oposição, este Relatório não vinha aqui.

Já foram proferidas algumas palavras, eu falo pelo meu raciocínio, pelo meu pensamento, pelas minhas convicções.

Falou-se que há pessoas que vão para programas de rádio, que eu saiba os programas de rádio não estão proibidos e devem ser livres e quem participa neles é que sabe aquilo que diz e se há responsabilidades daí a tirar, cada um deve responder por elas.

Queria dizer que me preocupa bastante neste Relatório, quando se diz que das Eleições Autárquicas de outubro de 2013, a Assembleia Municipal ficou assim composta: tem o Grupo Parlamentar do PSD; do PS; do CDS/PP e da CDU.

O sufrágio do povo, foi este, mas queria dizer, que falta aqui uma grande palavra que é preocupação, que foi a grande abstenção que houve nessas eleições, salvo o erro, à volta dos 46%, ou seja, quase 12.000 eleitores que não votaram e em que todas as forças partidárias aqui representadas, à exceção da CDU, perderam votos e isso preocupa-me, porque há um descrer na democracia por parte dos eleitores do nosso Município e há que repensar seriamente no futuro. Será que estamos perante uma fadiga democrática, sei que há fatores graves, que colocam entraves e o tal descrédito na democracia, que levou os 12.000 eleitores a não votarem. Portanto esse partido da abstenção não consta aqui.

Vou-me cingir nesta Assembleia - o questionário que o Executivo fez, a mim não me tocou, respondeu quem foi solicitado para o efeito-, a este Parlamento.

A experiência do ano transato de 2014, houve coisas que me deixaram muito desencantado e muito triste, embora respeite, naturalmente, aquilo que o Plenário decidiu.

Às vezes somos tão iguais na nossa maneira de pensar e somos tão diferentes ao exprimir as nossas votações. Porquê? A reboque das conveniências partidárias, só por isso? Eu não estou nessa.

Quando eu venho aqui em determinada altura, propor uma moção de congratulação a uma igreja protestante, à qual não pertença, mas respeito, no dia da liberdade, no 25 de abril do ano passado, onde esta Assembleia disse...cuidado que isto são coisas da religião, não é nada conosco. E ainda ontem vimos o Senhor Presidente da República a relembrar aquilo que disse há nove anos atrás e a condecorar uma grande figura, o Senhor Padre *Maia*, nomeadamente as instituições no papel social.

A existência da Igreja Evangélica em Mirandela, os seus 55 anos de existência, de perseguição no anterior regime e essa Assembleia, que democracia é que usou? Nem sequer aceitou a proposta, serviu-se do Regimento e recusou a sua aceitação.

Para terminar, dizer que para mim uma pessoa de idade, devo-lhe muito respeito, para dizer isto, a democracia que se vive nesta casa.

Quando eu apresento um mero voto de felicitações por alguém que fez 90 anos e só porque seria de outra cor, não convinha, mas em tempos até votamos nele para a Presidência da República e também não é aceite.

Senhor Presidente da Assembleia, o respeito pelos cidadãos de Mirandela e pela democracia, impõem que se deem privilégios: ao debate, ao confronto de ideias, ao compromisso, à negociação, mas sobretudo à humildade, porque ninguém tem a verdade absoluta.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Nós concordamos inteiramente com o que o Senhor Deputado recomendou, mas acima de tudo, temos que ter o respeito pelo Regimento. E esse é um dever, não da Mesa, mas de todos os Membros desta Assembleia.

O Senhor Deputado *Faustino Cunha*, tem a palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Excelentíssima Maioria, Digníssima Oposição.

Estamos perante um momento muito importante:

A certificação da convivência democrática no Município de Mirandela.

A excelentíssima maioria cumprimenta a oposição, deixa-a falar e faz o que bem entende.

A digníssima oposição, que diga-se na verdade, parece não apresentar nenhum odor negativo, saúda a maioria, diz o que bem entende e acomoda-se.

“Assim, tudo está muito bem; está tudo muito bem, assim “

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para ser muito telegráfico. Eu gostava de recordar uma coisa:

Este Relatório só é apresentado, em princípio, mediante solicitação dos grupos, ou neste caso, da oposição.

Nós apresentamo-lo voluntariamente, sem qualquer pedido.

Ponto 2:

Foi enviado este ano, para os Grupos, também pela primeira vez, para o comentarem, para o avivarem ou até para o rejeitarem.

Como afirmámos, a transparência tentamos fazê-la com as coisas simples. É com estas pequenas atividades que vamos reafirmando a nossa transparência.

#### **4.5- Proposta de Regulamento de Participação Cívica do Município de Mirandela.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 de março de 2015 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:**

- 1. - Aprovar a Proposta de Regulamento de Participação Cívica do Município de Mirandela;**
- 2 - Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal;**

**3 – Após deliberação do Órgão Deliberativo, publicar no diário da república e no portal do Município.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Boa tarde.

Estamos em condições de retomar os trabalhos.

Vamos para o Ponto 4.5, Proposta de Regulamento de Participação Cívica do Município de Mirandela.

Inscrições.

Deputado *David Garrido*, pode usar da palavra, por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU conhece bem o tema “Orçamento Participativo” que está incluído na Proposta que a Câmara Municipal chama de “participação cívica”.

Os Orçamentos Participativos surgiram no Brasil, pela década de 80, para responder a problemas concretos da realidade brasileira, nomeadamente e desde logo as atribuições dos órgãos de poder, a legislação nacional sobre o Orçamento Público, e entre outros, a ausência de uma organização local do poder (ausência de um nível semelhante ao das nossas freguesias).

Naturalmente não cabe aqui fazer a discussão no plano ideológico mas sim a discussão em torno da realidade concreta nacional e do nosso concelho com base nos instrumentos de participação das populações que o quadro legal português dispõe.

Tudo o que este regulamento apresenta como instrumentos de participação, a lei já os apresenta desde do 25 de abril. Então porque vem isto à discussão neste momento?

Para a CDU o Orçamento Participativo visa a formalização e burocratização da participação popular por um método de participação intermediado, do qual beneficiam as pessoas com mais acesso à informação, visa a desresponsabilização dos poderes públicos e a transferência para as populações da decisão de gerir os restos das opções políticas e orçamentais.

Consideramos que não é possível desligar as opções políticas nacionais dos meios, poderes e competências que o Poder Local assegura. Achamos até estranho que se discuta a participação das populações ao mesmo tempo que corre um processo de perda de autonomia do poder local, com privatizações, encerramento de serviços públicos, restrições à contratação pública e imposições no plano financeiro, fatores e razões de exclusão social e degradação das condições de vida das populações.

Em rigor, podemos estar perante a criação de uma estrutura intermédia de representação que consideramos desaconselhável na medida em que a existência de freguesias e a sua interação com os órgãos municipais são já uma forma de participação próxima das populações, a par de outros espaços formais como os conselhos municipais e relacionamento com o movimento associativo.

Para a CDU o que pode e deve ser objeto de participação é, entre outros, a elaboração das Opções do Plano que não se deve esgotar nos órgãos, antes numa ampla busca de contribuições das populações num trabalho de proximidade dos eleitos à população, tornando a sua participação efetiva e direta e não apenas formal e intermediada.

Assim, não apenas votaremos contra o regulamento como reafirmamos a nossa oposição à ideia e conceitos subjacentes.

Este assunto das participações no Orçamento Participativo, pode acontecer e eu sei que já aconteceu, que a população num Orçamento Participativo, interveio e o que decidiu, à revelia da freguesia, foi que a autarquia devia instalar “um hotel para cães” e foi isso que foi aprovado, independentemente de as freguesias estarem ou não de acordo e isso é o perigo que nós temos nos Orçamentos Participativos.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Fernanda Ferreira (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Sobre este Ponto da Ordem do Dia “Proposta de Regulamento de Participação Cívica do Município de Mirandela”: Regulamento destina-se a reger o funcionamento, neste caso, então, da participação cívica.

A participação cívica é essencial para um bom funcionamento da sociedade e fulcral para que consiga atingir os padrões cada vez mais elevados, cada vez mais, do desenvolvimento social e humano.

Todos nós temos direitos e consequentemente, deveres.

Todos nós temos poder para alterar um pouco o nosso mundo, a nossa aldeia ou vila, ou cidade.

Temos o poder e temos a responsabilidade.

Qual é então a necessidade deste Regulamento, que tanto orgulha este Executivo?

Ouvimos hoje aqui dizer, quero que a população esteja comigo. É o sonho de qualquer político, ainda bem que não é exceção.

E este Município, será que está com a população?

Eu, como cidadã ativa, que me orgulho de o ser, sinto-me fora desta população e não, porque me excludo. Talvez porque faço parte da bancada da oposição? Desculpem, mais um lapso, também há um regulamento para a oposição.

Entre outras, surgiram-me algumas inquietudes ao ler este regulamento.

Porque surgiu a necessidade deste Regulamento?

Pensando alto, diria que tem de ser para colmatar alguma lacuna ou algum problema que foi detetado, digo eu... e assim pressupõe-se que há um propósito...continuando a pensar alto, será criar regras de comportamento? Se assim for e quem não as cumprir? Ou melhor, quem vai verificar se se cumprem.

E mais uma reflexão em voz alta...quem participou na elaboração? As sete pessoas que leram o mail, ou as 83 pessoas para as quais foi enviado o mail? Pois não é preciso ser muito entendido em informática, para saber que, se for aberto no outro programa, não consegue ver se foi lida ou não.

E já agora, eu, enquanto cidadã, tenho direito à minha privacidade, ou não?

Não será ilegal a exposição pública, destes mails? Nem estou sequer a ter isso em consideração.

Poderia pegar nas palavras do Município *José Eduardo Guedes Marques*, para concordar com tudo ou quase tudo e já diria muito.

Poderia salientar um ou outro artigo, mas nem saberia qual escolher.

Acho lamentável o tempo gasto na elaboração de algo que regulamenta e que até parece obrigar o Município a permitir a participação cívica.

Eu, cidadã, e todos os cidadãos de Mirandela, vão saber agora, então, que podem ter uma participação cívica, neste Município...é o que eu entendo.

Enquanto cidadã, enquanto representante de muitos cidadãos de Mirandela, relembro que mesmo sem este Regulamento, organizei e promovi várias atividades, que aqui se enunciam como atividades para o futuro...e contigo e comigo, levei sempre muitas pessoas.

Relembro que fui a primeira, neste Município, a organizar uma “Assembleia Municipal de Jovens”, que não foi imposta e que para a sua realização, iniciei com a informação e a formação sobre o que é a cidadania e que tinha como objetivo, ter um futuro melhor.

Agora, que faz parte destes Regulamentos, espero sinceramente, que se organize anualmente, como diz o Art.º 42.

Tenho dúvidas se um simples Regulamento o vai conseguir pôr em prática.

Caríssimos, não é um Regulamento e muito menos este, em que o *copy paste* não foi feito de modo cuidado e pensado, que se promove a participação cívica. É agindo, dando o exemplo.

E um primeiro exemplo, podia ser por realizar atividades num horário em que as pessoas que trabalham, possam também participar e colaborar.

E caríssimos, todos sabem que não estou a falar por falar.

Todos sabem qual tem sido o meu exemplo ao longo de toda a minha existência. Não participo, só por ser membro desta Assembleia Municipal, sou membro desta Assembleia Municipal, porque sempre participei.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito boa tarde.

Eu não compreendo porque é que um Regulamento causa tanta polémica.

Eu acho que devem existir Regulamentos - em nossa casa também há um regulamento, pode é não estar escrito. Porque se andar tudo ao *Deus dará*, Cada um grita para seu lado, ou cada um faz o que quer e que lhe apetece.

Eu não sei o que é que fere este Regulamento os Municípios. Há regulamentos para tudo. Regula e até muitas vezes os informa dos direitos que eles possam ter.

Ser da oposição, não significa ser do contra.

Vamos ver se entendemos bem isto: ser da oposição é porque eu não votei em quem está lá. No entanto, se fizer um exame de consciência, se fizerem um determinado serviço, deve dizer-lhes, eu não votei neles, mas vejo que esta obra, ou aquilo que se fez, está bem feito.

Como também, aqueles que votaram neles, também têm o direito de dizer, eu não concordo com esta obra e apesar de tudo votei neles.

Não vejo qual é o mal de existir um regulamento, está a dar tanta confusão, quando isto já devia existir há mais tempo.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Pedro Beato* (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras.

Eu queria falar sobre este tema do Regulamento Cívico, pela razão de que senti alguma falta da sua ausência e da organização que as várias instituições, vão ser objeto.

Por exemplo, eu leio aqui no Regulamento que reforça a participação cívica dos seus cidadãos, harmoniza com o sistema de gestão e a qualidade do Município de Mirandela, Membros da Assembleia Municipal, dirigentes e *vai por aí fora*.

Gostava de dar um exemplo sobre este tema, que me surpreendeu, por aquilo que encontrei na cidade e de facto, descobri na cidade, alguns aspetos que considero muito importantes neste campo cívico e que com o Regulamento, vão ser racionalizados de uma forma muito mais importante para o cidadão comum, que se organiza em determinadas atividades, que têm a ver com o foro do civismo, especificamente.

Eu vou dar um exemplo:

Nos anos 70, nasceram em França, com um panorama de participação cívica, de culturas, de conhecimentos e de formação, tudo isto, importantes ao longo da vida, um aspeto fundamental da nossa ação social do qual irradia conhecimento e polariza as boas vontades dos cidadãos em geral.

A Democracia, conforme foi dito hoje de manhã na Assembleia, é um bem que tem que ser conquistado todos os dias e nós, os cidadãos comuns, podemos fazer isso.

Eu fui com um grupo de amigos de Mirandela e tive alguma dificuldade em enquadrar isto e se tivesse este Regulamento, teria mais facilidade de comunicação e de diálogo.

Eu fui convidado por um grupo de “amigos” para implementar a Universidade Sénior em Mirandela.

Estou neste momento a desenvolver uma série de contactos, nesse contexto.

Os objetivos, são exatamente, de formação ao longo da vida, cidadania consciente e o direito a um melhor bem estar de todos nós.

Selecionámos uma série de aspetos: instalações, contactos com determinado tipo de instituições e organizações daqui da cidade e começámos a fazer, quer ao nível da casa, quer ao nível do currículo, uma série de contactos e uma série de descobertas.

E então, entrámos em campos considerados extremamente importantes, como: a língua e a cultura, quer a Portuguesa, quer a Inglesa, a História a saúde, *workshops*, artes, patrimónios, informáticas...por aí fora...

E curiosamente, fui encontrar nos contatos dispersos e complementares e todos a funcionar e fui encontrar atividades, quer desenvolvidas pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia, pela Unidade de cuidados na Comunidade, pela Santa Casa da Misericórdia...encontrei um conjunto de aspetos ligados a Centros de Saúde, e atividades extremamente importantes, como o envelhecimento ativo e saudável, Expressões Plásticas, Piscina, Exercício Físico, Enfermagem, Caminhadas, Workshops sobre vários temas, Turismo e outros, isso tudo já existente hoje, em Mirandela.

Quer dizer, a existência destes fatores e destes elementos e o diálogo horizontal com a organização que nós, os cidadãos, organizamos, passamos a ter um diálogo horizontal, passamos a ter aqui, um apoio esclarecido com todas estas instituições, num contexto de harmonia e num contexto de preocupação, sempre atenta à comunidade, aos seus aspectos sócio-culturais educativos, assentes em compromisso de diálogo, de transversalidade de ações de relações com a sociedade civil.

Eu acho que a existência deste Regulamento, vai permitir exatamente uma melhor compreensão da implementação destas práticas; da cidadania inclusa; da coesão de compromissos e um crescimento continuado da nossa democracia, que é o desafio que nós temos por sermos Elementos da Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu volto aqui, dizer que não é o Regulamento em si, que me preocupa. O que me preocupa é o Ar.º 41, em que no seu Ponto 3, diz: “O Orçamento Participativo é um método de carácter consultivo e deliberativo”. O que eu temo é que à margem dos eleitos, possa haver uma decisão para fazer. E quem o faz e onde faz? É na cidade? Em qual aldeia é?

É essa a preocupação daquilo em que eu não concordo.

O que vem no Regulamento, de “A Minha Rua”, “O Meu Bairro”, “A Minha Freguesia”, perfeitamente de acordo, não tenho nada a opor.

O que eu tenho a opor é o Art.º 41, “Orçamento Participativo”.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhor Presidente da camara faça o favor.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há coisas que eu certamente não farei como Presidente da Câmara, muito menos penso que tenha capacidade de o fazer, que é mudar alguém, ou adaptar alguém à minha imagem ou à minha visão. Nunca na vida o pensaria fazer.

Eu tento, que a visão que coloco no exercício das minhas funções, seja compreendida pela população, não a 100%, como é evidente e essa população irá exercer o seu direito de compreender ou não a minha visão, daqui a dois anos, assumindo que eu sou candidato ou recandidato.

É evidente que quando falamos de convicções, há quem as tenha e há quem as não tenha e eu não venho aqui fazer exercícios de moral.

Em primeiro lugar, Senhor *Garrido*, este Orçamento Participativo, é uma modalidade bastante vulgarizada.

Posso-lhe dar o exemplo de o seu próprio partido, (CDU) que na Madeira, em Lagos e noutros concelhos, aprovou Moções em Assembleias Municipais e não só, solicitando às Câmaras Municipais a elaboração de Orçamentos Participativos.

Os Orçamentos Participativos, efetivamente, têm modalidades muito específicas que têm tido dificuldades de implantação.

Dou-lhe um exemplo:

Em Guimarães, no ano passado, houve um enorme problema porque as regras em que foram implementados causaram problemas na votação e no tipo de intervenções.

A verdade é que não é algo que neste momento esteja totalmente estabilizado. Mas o conceito de Orçamento Participativo que nós defendemos neste Regulamento, que terá que ter depois um Regulamento específico de participação, eu sou totalmente a favor dele e posso-vos dizer que tal e qual como já tinha manifestado, em 2016 (significa que irá decorrer em 2015) será desenvolvido um processo de Orçamento Participativo com três vertentes: Vertente Cidade; Vertente Rural e Vertente Juventude.

São 150 mil euros que iremos disponibilizar do Orçamento de 2016 que serão apresentados como propostas concretas no Orçamento de 2016 que aqui será votado como “Propostas do Orçamento Participativo”.

A forma de participação, hoje em dia, vai desde a área eletrónica, à votação direta. Há muitas formas.

As limitações de quais são o tipo de intervenções, também é algo de ponderação pelas Câmaras Municipais porque há coisas que legalmente - como muito bem disse, não discordo - nós não podemos pôr ao sancionamento, por exemplo, deste tipo de atividade.

Claro que o conceito é envolver as populações num processo de debate, de escolha, que verdade seja dita, muitas das vezes se traduz em soluções que não são tão agradáveis e que não funcionam tão bem, Mas na minha opinião, isso faz melhorar a democracia.

E o que eu acho curioso é que este Regulamento que aqui está, é um Regulamento de Compromissos de nós “eleitos”.

Não tem nada aqui que vincule ao que aqui está. Acho que alguém percebeu mal. Nós é que nos vinculamos às obrigações que aqui estão.

Eu não obrigo ninguém a ir ao “Meu bairro”, a ir aos “Diálogos Diretos” diz aqui que tem que lá ir? Isso é impor aos outros.

Eu e o restante Executivo nos deslocamos ao fim de semana ou ao final da tarde, quando as pessoas podem ir, a um Bairro ou a uma zona da cidade em conjunto com a Câmara Municipal, não é só o Executivo; quando nos dispomos a ouvir as pessoas nos assuntos que elas nos querem transmitir, estamos a praticar um ato, que convictamente aceitamos como de cidadania e a incentivar as pessoas a participem.

Naturalmente que há aqui coisas que fazem parte da conceção de um regulamento, determinadas pela lei geral: dever de voto, dever de participação etc.. Mas há um Artigo, que é o Art.º 3.º, que tem a ver com as condições específicas deste Município.

Desculpem lá: *copy paste* de onde? onde se faz o “Meu Bairro”? Onde é que se fazem os diálogos diretos? Onde se fazem os Diálogos Diretos no facebook?

Eu não obrigo ninguém, eu vinculo-me a mim.

Também acho curioso, já que falamos de participação, que isto foi repetido em dois seminários das Assembleias naqueles Seminários organizados pela Assembleia Municipal, que este assunto foi debatido lá, antes de o Regulamento estar elaborado.

Não me lembro de ouvir lá certos comentários. Ao contrário, até se trouxeram cá pessoas de Espanha e pessoas de outras áreas, comentar a pertinência ou não deste tipo de documentos.

Esteve 30 dias em debate público como estão os outros. Normalmente, quando um regulamento tem que ter 30 dias de debate, é porque tem efeitos externos. Não há nada aqui neste regulamento que obrigue a coisa nenhuma. Obriga-nos a nós, porque se amanhã não cumprirmos o que aqui está, somos nós que vamos ficar compelidos a dizer porque é que fizemos este Regulamento.

Isto significa que ou se entende e se pratica, ou então estamos sempre a lamentarmos que os outros é que fazem mal.

Nós preferimos fazer este Regulamento com todos os defeitos e repito “para nós”, do que andar a dar lições de moral em áreas em que não somos nós os moralistas.

Não tenho qualquer reserva ao apresentar este documento, não era necessário vir a esta Assembleia. É verdade! Mas nós assumimo-lo como um compromisso pessoal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 37 votos a favor (31 dos membros do PSD e 6 dos membros do PS), 4 abstenções dos membros do CDS/PP e 1 voto contra dos membros da CDU, aprovar a Proposta de Regulamento de Participação Cívica do Município de Mirandela.

#### **4.6– Proposta Final para Criação/Aprovação das ARU’s de Mirandela.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de abril de 2015 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1. - Aprovar a proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM);**
- 2 – Aprovar a proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante ao Vale da Azenha (ARUVA);**
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Vamos continuar no Ponto 4.6, Proposta Final para Criação/Aprovação das ARU’s, que são áreas de reabilitação urbana, em Mirandela.

Inscrições, por favor.

O Deputado *Figueiredo* pode usar já da palavra.

----- O Senhor Deputado Municipal, *António Figueiredo (PSD)* disse:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras.

Eu, com toda a sinceridade, até desconhecia a Proposta. Aconteceu qualquer coisa, mas o meu computador estava zipado e não consegui abrir o ficheiro e portanto foi com satisfação que o nosso companheiro *Dinis*, me deu isto para a mão e eu estive a ler na diagonal e era uma pretensão de que há muito tempo eu vinha aqui falando nesta Assembleia.

E realmente aconteceu aquilo que eu não esperava que acontecesse.

Dou os meus parabéns à Câmara Municipal, em relação à Proposta e à Criação e Aprovação das ARU's de Mirandela, que têm por finalidade a reabilitação do Centro Histórico de Mirandela e também do Vale da Azenha.

É evidente que este é um processo com uma certa complicação em termos estratégicos, mas se ler o documento, ele está devidamente delineado e com uma radiografia devidamente ponderada, portanto, até que se chegue ao ponto da ORU, que é a "Operação de Reabilitação Urbana".

Tudo isto tem diversas fases: As fases destes procedimentos, até três anos e depois até 15 anos, o final deste conceito.

Eu acho que este conceito vem estabelecer um programa de operação e de reabilitação urbana, que é um ponto que é devidamente de enaltecer. Determinar também o modelo de gestão da área da reabilitação, que é importantíssimo; apresentar quadros de apoios e iniciativas à reabilitação; descrever programas de investimento ao público, é evidente que aí, me ressalta o IMI e outros fatores, também IMT's, em que pode ajudar as pessoas a reabilitar as suas próprias habitações; descrever e definir programas de financiamento de operações de reabilitação urbana e identificar casos em que não seja o Município a assumir diretamente as funções de entidade gestora.

É evidente que este programa, está ainda em criação. Mencionar se for o caso, a necessidade de elaboração e a realizar em alteração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana.

Há aqui uma situação em que há um pouco de discordância da minha parte, que diz na Certidão de Ata da Reunião, que os "Programas de Pormenor são de difícil aprovação".

Não são difíceis de aprovação, eu já fiz vários Planos de Pormenor para vários sítios, só que tem que haver empenho e dedicação em relação a esses Planos de Pormenor.

Outra situação é estabelecer os prazos de execução, em termos de operação e reabilitação urbana, que tem a ver com a lei 32/2012, de 14 de Agosto. E também definir as prioridades e especificar os objetivos. Isto tem a ver, quando for criada a ORU no seu sentido final, aí está tudo devidamente especificado em termos de mapas, de organização e de estratégia a definir em relação às várias ORU's. Eu estou a falar da ORU do vale da Azenha e do Centro de Reabilitação do Centro Histórico de Mirandela e que vem precisa e que toda a gente olha de certa maneira para esses edifícios.

Se pelo menos se fizer qualquer coisa e esse qualquer coisa seja no sentido de darmos à nossa cidade um outro espírito em termos de imagem e de qualidade de cidade, penso que o programa nesse sentido e os passos que são definidos nesta identidade, são essenciais.

Verifiquei outra situação e que concordo plenamente, era o que há bocado eu vos disse, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis. Eu falei no IMI, para dar um pouco de crédito também às pessoas para que a "aventura" neste tipo de conceito e de Quadro de Apoios e de Incentivos a este tipo de programa, também o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), sobre o rendimento singular, que tem a ver com o IRS e outras medidas adicionais sobre este programa.

Fico sensibilizado com a própria Câmara e neste quadro, com o Senhor Presidente da Câmara, em apostar numa criação sobre a qual há muito tempo em me debatia neste palanque, pelo chamado Centro Histórico de Mirandela.

Portanto, os meus parabéns.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta Proposta, nós analisámos e em princípio estamos de acordo.

Há um "se" e este "se", é exatamente quando diz aqui que: "Para aprovar as ORU a desenvolver a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e do Vale da Azenha, requer definir o tipo de entidade gestora, Art.º 9.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto".

A pergunta que eu faço ao Senhor Presidente, é:

A entidade gestora para aprovação das operações de reabilitação urbana, será privada ou será a própria autarquia, com os seus meios técnicos e humanos?

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS) disse:**

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e demais presentes.

De facto, este documento merece-nos uma leitura muito atenta, pela sua pertinência, porque já não é a primeira vez que falamos - não é só Mirandela - da degradação dos Centros Históricos das cidades, quer sobretudo as de grande dimensão, mas também as de média dimensão, para não falar até das próprias aldeias.

Vejo este documento com muito agrado, concetualmente bem elaborado, sustentado na sua radiografia, o que é normal que aconteça, porque é elaborado por técnicos competentes, portanto, sobre esses aspetos nada a dizer.

Atendendo a que já algumas vezes fiz aqui intervenções relativamente a edifícios da "zona histórica" que fazem perigar a segurança de pessoas e bens, há apenas uma questão que eu gostaria de ver respondida se for possível.

Tem este plano que é evidente, é entroncado depois em apoios e tem um faseamento, etc.? Há algum poder em relação aos senhorios que sistematicamente não respondem, por diversas razões, à requalificação dos seus edifícios, que é a parte pior? Porque em termos de infraestruturas e de intervenções, é o caso da 25 de Abril, que está agora a ser reabilitada e não foi preciso a elaboração de proposta deste género.

Efetivamente, os senhorios, porque não têm capacidade, ou por isto ou por aquilo, cada vez mais abandonam as casas levando a uma série de problemas.

Depois, alguém fez aqui uma intervenção sobre as residências, hipótese de residência ou de alojamento de alunos do Ensino Superior. Porque não aproveitar (não sei se é possível adquirir) alguns dessas casas degradadas e reabilitá-las precisamente para esses casos e também para habitação social que não há nada neste momento?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fazer esclarecimentos em alguns casos e num contexto global.

Nos últimos dois anos, sensivelmente, a área do Ordenamento do Território foi objeto de uma perfeita revolução do ponto de vista legislativo com alterações que levaram nomeadamente ao facto de neste momento estarmos a concluir a elaboração do PDM (Plano Diretor Municipal) e termos que no prazo de dois anos fazer a sua adaptação às novas leis, o que significa que em 2017 já estaremos adaptar novamente o PDM.

Uma das áreas que foi sempre crítica e que ainda é crítica, é a área da reabilitação.

Existia uma condicionante legal na legislação anterior que levava a que fosse necessário a constituição de ARU's, numa legislação diferente, depois a constituição de SRU's, que eram Sociedades de Reabilitação Urbana.

As ARU's tinham que estar quase implementadas no âmbito de projetos de Plano de Pormenor e infelizmente houve uma alteração profunda na lei que levou à constituição de um novo enquadramento para a reabilitação urbana e nomeadamente para a constituição das ARU's, do formato que agora aqui são apresentadas.

Gostava de começar por dizer, respondendo de certa forma ao Senhor Garrido e essa pergunta já tinha sido colocada em Reunião de Câmara pelo Senhor Vereador Carlos Freitas. Ela estará na Ata da Câmara, mas eu traduzo-a aqui dizendo que este trabalho foi realizado exclusivamente por Técnicos Municipais.

É um trabalho que eu louvo, principalmente porque é um trabalho de *know how* interno, é um trabalho de desenvolvimento interno e é importante quando as Câmaras começam a ter essa capacitação de internamente resolverem os seus problemas. Nesse sentido, seremos nós a entidade gestora.

A única coisa que pode acontecer, por ainda não haver uma legislação específica em alguns aspetos nessa entidade gestora, poderem participar parceiros que estejam no pacto que vai ser realizado no âmbito da ORU.

Eu explico: Falámos hoje aqui na intervenção TuaMirandela.

O TuaMirandela tinha um acordo de parceria entre a Câmara Municipal, a Santa Casa de Misericórdia, a Associação de Socorros Mútuos. Aquelas pessoas que tinham intervenções na área, acabaram por constituir uma parceria. Aqui pode acontecer que exista uma parceria, mas a gestão, tal como aconteceu com o TuaMirandela, vai ser, é e será Municipal.

Depois de constituídas as ARU's, que são duas com conceitos diferentes, também seria previsível, de alguma forma, por exemplo, contratarmos no exterior a realização das ORU, - é o que está a acontecer noutras Câmaras Municipais - que é a fase seguinte. Também vamos fazer isso internamente, os nossos recursos já o estão a fazer e tentaremos que todo o processo seja interno.

Nós temos dois conceitos:

Um conceito é o da "Zona Histórica" que está muito ligado à questão da reabilitação do edificado que está degradado - neste caso falamos de reabilitação pura.

Quanto aos privados, a nova legislação permite aquilo que se chama *expropriação e venda forçada*, coisa que não acontecia na legislação anterior, o que significa, se for identificado no âmbito do projeto que existe um edifício que deve ser intervencionado, desde que a função esteja devidamente justificada, - o exemplo que aqui foi dado de fazer uma residência - se existir uma entidade que faça essa intervenção, se o proprietário não a fizer, essa entidade de acordo com esta legislação, pode fazer a intervenção e o proprietário terá direito a uma retribuição. Mas permite isso que é uma grande vantagem.

Foi por esse facto que nós dividimos a ARU em duas partes.

Claramente temos uma ARU que é dedicada a essa reabilitação, apontando claramente também para a reabilitação do edificado devoluto.

É preciso entender que a Avenida 25 de Abril é espaço público e a Câmara pode intervir quando quiser.

Em espaço privado a lei é muito difícil. A Lei das Expropriações é muito complicada.

Atualmente, com este enquadramento legal, é possível alterar completamente esse conceito, devidamente justificado, porque como disse o Arquiteto Figueiredo, nós temos 15 anos para executar depois de aprovado.

E a Câmara, os privados ou quem estiver envolvido neste processo, se se comprometer em 15 anos fazer aquela intervenção, tem que a fazer, sob o risco de indemnizar os proprietários se a não fizer.

Já a outra área identificada do "Vale da Azenha", é uma área que por um lado tem a ver com um corredor que necessita de uma intervenção e que necessita efetivamente de uma reestruturação.

A reestruturação começou agora, que é o corredor da Reginorde até à Estação.

O nosso objetivo é que seja um corredor que seja estruturante e que seja fluido e que leve não só à fluidez do ponto de vista de circulação, mas também à fluidez do ponto de vista do conceito ambiental e que seja uma estrutura (já definida no nosso PDM) ecológica central que faça essa separação.

Tem ainda um conceito associado, porque estas ARU's dão origem a uma ORU, que é o processo de intervenção.

Mas desse processo de intervenção global, depois são criados AIDU's, que são feitos através de estratégias que são os PEDU'...

No caso específico do Vale da Azenha, nós incluímos, como é fácil reparar nos mapas, o Bairro do Fundo de Fomento porque as três áreas que podem ter financiamento neste Quadro Comunitário no âmbito destes processos, é a reabilitação urbana, é a mobilidade sustentável, isto é: a requalificação do espaço e melhoramento, e o terceiro é a habitação social.

A intervenção na habitação social pode não ser exclusivamente pública, isto é: a habitação não tem que ser pública. Edifícios com mais de 30 anos, desde que sejam identificados, podem ser financiados.

Nesse sentido, a Câmara vai já iniciar um processo - já tivemos contatos com o IHRU (Instituto da Habitação e da Requalificação Urbana) - de identificação e criação de um piloto no Bairro do Fundo de Fomento. Como toda a gente sabe, temos ali um problema: o bairro tem 680 habitações sensivelmente e neste momento só cerca de 60 é que são propriedade do IHRU. As outras já são privadas.

Temos que ter aqui uma estratégia em que os privados possam de alguma maneira envolver-se também na recuperação dos seus edifícios.

Temos também ali um problema que tem a ver com o amianto, temos um problema de eficiência energética e um problema social, tendo em conta o envelhecimento natural do bairro.

Estas duas intervenções, são intervenções com características bastante diferentes que irão apontar mais no sentido de uma das áreas, que é a de envolver os privados no processo de reabilitação, salvo o Vale da Azenha e no outro lado, num processo mais de coação para que os proprietários privados entendam que ou a partir de agora têm que fazer intervenções nas suas habitações, se cor caso disso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos em condições de votar.

Chamo a atenção que temos de votar duas vezes:

1.ª - Proposta respeitante ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM);

2.ª - Proposta de Criação da área de reabilitação urbana respeitante ao Vale da Azenha (ARUVA).

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**1.ª Proposta respeitante ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM).**

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta Final para Criação/Aprovação das ARU's de Mirandela: a proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM)

**2.ª Proposta de Criação da área de reabilitação urbana respeitante ao Vale da Azenha (ARUVA).**

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta Final para Criação/Aprovação das ARU's de Mirandela: a proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante à proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante ao Vale da Azenha (ARUVA).

#### **4.7- Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2015 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

**1. - Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2015, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2014 e das Reposições Abatidas nos Pagamentos;**

**2 - Submeter o referido documento à votação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.7, Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.

Inscrições:

Senhor *David Garrido*, tem a palavra.

----- **O Senhor Deputada Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta 1.ª Revisão Orçamental, é uma receita que foi obtida e não estava inscrita.

Eu só vim intervir, porque me vou abster.

Como a despesa tem que ser igual à receita e a despesa tem que ser na ordem dos 620 mil euros, está aqui distribuída e porque é esta? Pelo aumento do gásóleo, da gasolina, enfim... na minha opinião poderia ser encaminhada para a assistência social.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

O Senhor Presidente quer usar da palavra?

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Sim, de forma muito sintética.

Senhor *Garrido*, esta é uma Revisão, como sabe, legal e reconheço que neste caso a minha interferência é quase nula.

Normalmente os serviços distribuem-na, num caso com objetividade, porque pode acontecer já haver uma rubrica, mas nesta fase do ano temos rubricas ainda pouco dotadas. Mas normalmente eles olham para as rubricas e veem aquelas que lhes parece que até ai final do ano não estarão suficientemente dotadas, evitando assim eventuais alterações a seguir.

É esse o conceito, não há aqui uma filosofia, este é o saldo circulante. Nem devia ser objeto de uma revisão destas características, porque o dinheiro está lá, é depositado, mas não há uma lógica estratégica.

O que acontece é se há uma rubrica que já tem necessidades por algum motivo e isso pode acontecer, é logo dotada com um destes valores, ou se a gestão financeira nota que até ao final do ano pode necessitar reforço, que é o caso dessa e das outras todas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Vamos votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 44 votos a favor, (31 dos membros do PSD, 6 dos membros do PS e 7 dos membros do CDS/PP) e 1 abstenção da CDU, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2015, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2014 e das Reposições Abatidas nos Pagamentos.**

#### **4.8– Aprovação das alterações introduzidas pela publicação do Novo Código de Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, ao Regimento da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Passamos ao Ponto 4.8, Aprovação das alterações introduzidas pela publicação do Novo Código de Procedimento Administrativo. Eu, então dava a palavra ao Deputado *José António Costa Ferreira*.

----- O Senhor Deputada Municipal, *José António Costa Ferreira (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A palavra foi-me entregue para uma pequena explicação sobre as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal e elas derivam por força das alterações que foram introduzidas no novo Código do Procedimento Administrativo, o *Decreto-Lei n.º 4/2015, publicado em 7 de Janeiro*, tendo entrado em vigor no passado dia 8 de abril, 90 dias após a sua publicação.

A publicação deste novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) teve alguns reflexos, não muitos, no nosso Regimento (irei explicar), mas há um que eu chamo a particular atenção.

Trata-se da alteração introduzida no nosso Artigo 45.º – *Atas*, em que é adicionado um novo ponto, o n.º 5, por força daquilo que é hoje a redação dada no novo CPA – Código de Procedimento Administrativo, que o veio a estabelecer o seguinte, no seu Artigo 34.º, relativo a *Atas da reunião*.

Essa redação do CPA, diz que:

**- Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.**

Assim, por determinação deste artigo, ninguém pode votar a ata de que não tenha estado presente nessa reunião, portanto, cessam as habituais abstenções, apresentadas como a justificação de que não estiveram presentes na reunião a que essa ata diz respeito, como de resto aconteceu aqui, esta manhã.

Esta é de facto uma alteração muito significativa no nosso Regimento e nas votações, respeitantes a atas.

Foram ainda feitas, alterações ao Artigo 64.º que diz respeito a *Impedimentos e suspeições*.

Tratou-se, de atualizar a numeração dos artigos do CPA aí citados, por força da alteração numérica que sofreram no novo Código do Procedimento Administrativo.

Assim as remissões foram alteradas para as atuais numerações do CPA.

Aqui aproveitou-se para introduzir um novo ponto 5, que era omissivo no Regimento sobre as “*Sanções*”, previstas no CPA pelo não cumprimento das normas e regras estabelecidas nesta matéria.

De resto, foi revisto atenciosamente todo o novo CPA, em particular dos artigos 23.º a 35.º, que expressam questões desde as *reuniões ordinárias, extraordinárias, ordem do dia, objeto de deliberações, reuniões públicas, quórum, formas de votação, registro na ata do voto de vencido*.

Contudo as normas gerais aqui expressas no novo CPA e elas são sempre gerais para validar um mínimo de garantias, não têm impacto no nosso Regimento, porquanto as matérias ali estabelecidas de forma genérica no CPA, têm regras específicas estabelecidas na legislação autárquica que se sobrepõem ao CPA.

Com efeito, a Lei 75/2013, a Lei 169/99 e a 5-A/2002, que como legislação própria, impera naquelas matérias, sobre o CPA.

Dou a título de exemplo, para quem possa por ventura ler o novo CPA, que no seu artigo 27.º, referente a “Reuniões públicas” diz o n.º 3, o seguinte:

“Quando a lei o determinar ou o órgão tiver deliberado nesse sentido, podem os assistentes às reuniões públicas intervir para comunicar ou pedir informações, ou expressar opiniões, sobre assuntos relevantes da competência daquele”.

Mas a lei aqui diz: “quando a lei o determinar” ou o “órgão tiver deliberado nesse sentido”

Neste caso, não só a lei não o determina, a lei 75/2013 em particular, como estabelece em sentido oposto, quando no Art.º 49, relativo às sessões e reuniões, estabelece claramente, que a nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas.

Isto para poder reforçar aquilo que disse, de facto, algum conjunto de normas atualizadas no CPA, não têm impacto no Regimento, por força de termos legislação própria e que regula as nossas matérias.

Aproveitava para dizer o seguinte, relativamente ao Regimento, como disse na altura que ele foi aqui aprovado pela primeira vez, que o documento deve ser sempre visto como dinâmico e suscetível de atualizações, aperfeiçoamentos, melhorias e não olhar para ele como Regimento estático, tem que perdurar ao longo deste mandato, até 2017.

Nesse sentido, também aproveitamos para por escrito responder a todas as dúvidas que o Senhor Deputado *Faustino Cunha* tinha levantado e as questões levantadas ao diploma originário e estimula-se que todos os Deputados Municipais possam, sempre que entendam, refletir sobre o documento e apresentar propostas de melhoramento sobre o próprio documento.

Nós próprios fazemos esse exercício, permanentemente na Comissão Permanente, quando nos debruçamos sobre o Regimento.

Aliás, hoje aqui houve um pequeno desentendimento, relativamente aos tempos das intervenções.

Aconteceu foi que, na Comissão Permanente, refletimos sobre os tempos consagrados a determinados pontos da Ordem de Trabalhos, mas não chegámos a aprovar essa diminuição, que entretanto também veio à discussão.

A prática que é feita em alguns municípios, de os tempos serem proporcionais à representação das bancadas municipais.

Nós temos seguido um princípio muito mais aberto e democrático, não estabelecendo essa regra, permitindo a que todos intervenham com o mesmo tempo e o mesmo direito, numa forma a entendermos promover a discussão e a maior intervenção possível, de todas as bancadas, mas com efeito, de facto os tempos devem ser alvo de rigorosa prática e respeito, por parte das próprias bancadas, para um bom funcionamento das sessões e das reuniões da Assembleia Municipal.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos passar à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar as alterações introduzidas pela publicação do Novo Código de Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, ao Regimento da Assembleia Municipal.

## Outros Assuntos de Interesse para o Município

### **5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Segue-se o Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Inscrições.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro disse:**

Boa tarde a todos.

Os Senhores Deputados inscritos, são: *Carlos Fraga; Carlos Pires; Rui Sá; Faustino Cunha; Fernanda Ferreira, António Francisco Ricardo Roque e António Figueiredo.*

-----**O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Sobre assuntos de interesse para o nosso Município, o Senhor Presidente da Câmara já frisou e acho que muito bem, hoje dia 30 de abril, começa na nossa cidade um grande evento, que tem a ver com a Festa em honra de Nossa Senhora da Encarnação.

Acho muito bem que nomeadamente hoje à noite, como o Senhor Presidente já anunciou, às 21 horas, aqueles que possam, que participem nesse evento, no Salão Nobre da Câmara Municipal, numa Conferência Religiosa, por alguém com formação em Teologia Bíblica.

Registo com agrado este acontecimento, com uma sã convivência, entre o civil e o eclesial, entre o político e o religioso, pena é que não seja compreendida noutras situações.

Também queria dizer, que tenho este livro na mão, que é “A Pedra Mágica”, do nosso colega *Paulo Pontes*, Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa. Foi com muito gosto que o adquiri.

Quando diz: “*A Pedra Mágica é amiga, porque põe na minha mesa a comida*”, diz logo tudo...É bom que não falte o pão na mesa a ninguém... Vamos então comprar e já agora, parabéns, por esta iniciativa.

Ao Senhor Presidente da Câmara, queria transmitir-lhe, a propósito da Rua Rainha Santa Isabel, na margem Direita do Rio Tua, mais concretamente naquela área de Golfeiras. Ou seja, quem vai na Rua da Igreja de S. Bento e caminha para o Centro de Saúde II, de Mirandela, a determinada altura, numa descida, mas com uma grande inclinação, num dos passeios existem buracos enormes que caem sobre uma ravina, com silvados à mistura, o que é um perigo.

Portanto, eu deixo esta preocupação ao Senhor Presidente e agradeço a devida atenção.

Para terminar, dizer o seguinte:

Não obstante a não-aceitação pela maioria desta Assembleia, no passado dia 12 de dezembro, de uma proposta de um voto de felicitações que na altura coloquei ao Plenário, pelos 90 anos de vida do Senhor Doutor *Mário Soares*, eu, a título pessoal, na qualidade de cidadão Mirandense de gema, que me prezo de o ser, entendi por bem, pessoalmente apresentar-lhe esses parabéns, em meu nome e também penso que não tenho que me envergonhar que sou de Mirandela em qualquer lugar que vou e se posso, de alguma forma, engrandecer Mirandela.

Transmito agora ao Senhor Presidente da Mesa, que a resposta do Senhor Doutor *Mário Soares*, foi com grande lucidez que agradeceu esse voto de parabéns que lhe transmiti e disse mais: Que era grato, muito grato o nome de Mirandela e das suas gentes e recordou-se até da sua célebre Presidência Aberta, que fez no nosso distrito e disse: “*Eu fui lá à vossa terra e fui lá de comboio, para defender a vossa linha*”.

Infelizmente foi-se a linha e foi-se o comboio e do metro, também já pouco resta.

Depois, a terminar ele disse assim: “*Talvez, se me deixarem e se puder, ainda lá volte um dia*”

Boa tarde para todos, um bom fim-de-semana alargado, viva abril, viva o 1.º de maio, vivam os trabalhadores, que haja trabalho, pão e habitação para toda a gente.

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Velho, *Carlos José da Silva Pires (PSD)* disse:**

Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados, Caros colegas.

Já sabem que vou falar na “Feira do Morangos”, é quase obrigatório, mas antes disso informar-vos, até na continuação do que falou aqui o Senhor Presidente, de manhã, sobre as inúmeras atividades que a Câmara tem proporcionado, na próxima semana em colaboração com a Câmara Municipal, nomeadamente com o Senhor Presidente e com a Senhora Vereadora, vão ser distribuídas em todas as escolas do concelho, 1.º Ciclo e nos Infantários os “Morangos de S. Pedro Velho”, como já aconteceu com outros produtos, nomeadamente com a alheira, com o intuito de proporcionar aquilo que é nosso, aquilo que os nossos agricultores produzem diariamente com muito trabalho e também promover os frutos vermelhos (dizem que são muito bons para a saúde!)

Além disso, aproveitar também a oportunidade para convidar os presentes e os seus familiares a visitar-nos nos dias 09 e 10 de maio.

Já vamos na 7.ª Edição, penso que está tudo reunido novamente, para correr muito bem, vamos lá ver se o S. Pedro não nos prega uma partida.

Novamente com cinquenta e tal expositores, com produtos de diversas áreas, com o Ensino Superior e as Escolas representadas, nomeadamente a Escola Agrícola e a Escola de Hotelaria, os Bombeiros de Mirandela e Torre de D. Chama, também presentes, o artesanato e aquilo que vocês já conhecem, o Vinho, e principalmente muitos... “Morangos”.

Esperamos que nos visitem, serão certamente bem recebidos, e bem-vindos.

Um bom feriado e um bom fim-de-semana.

-----**A Senhora Deputada Municipal, *Fernanda Ferreira (CDS/PP)* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Dos pontos da Ordem do Dia, concluímos que um Presidente de um Município, hoje em dia, tem que ser um bom gestor. Não pode ser só político e assim leva-me a pensar que tem que se pensar com muito cuidado nos candidatos a Presidente do Município.

Fala-se em gestores nas escolas, não sendo necessário ser professor.

Podemos falar em gestor do Município e deixar de ter políticos? Depende do que queremos para a nossa política.

É muito importante termos bons técnicos em qualquer repartição, mas nesta Assembleia e eu reafirmo, nesta Assembleia, devemos considerar e muito, as decisões políticas.

Outros temas:

Mirandela, continua a mexer, mesmo que nas notícias, na tal rádio que poucos ouvem e que quem ouve, não ouve tudo, ele mexe...e hoje as notícias são:

Um jovem Mirandense, *João Geraldo*, atualmente ao serviço de uma equipa alemã, está a brilhar no Campeonato do Mundo, Individual de Ténis de Mesa, que está a decorrer na China.

Neste Mundial, também marcou presença a jovem Mirandense, *Rita Fins*, que já foi eliminada.

Mirandela em Alemanha:

Quatro alunas da Escola Secundária de Mirandela foram as vencedoras da final nacional do Concurso “Isto é uma Ideia”, incluído no projeto “Pense Indústria, Nova Geração”, promovido pelos Centros Tecnológicos, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Um professor e quatro alunas, todas com 15 anos, que frequentam o 10.º Ano da Escola Secundária de Mirandela

E outra das notícias, era:

O distrito de Bragança teve 182 novos casos de violência doméstica.

Em 2014, o distrito de Bragança, foi o 6.º pior do país no que toca à prevalência de violência doméstica, números avançados ontem, em Mirandela, durante o seminário final, das atividades promovidas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mirandela, no âmbito da prevenção dos maus tratos na infância.

E neste, outro ponto: o Município parece já ter algumas propostas / soluções.

Este Município, sim, deve orgulhar-se do Relatório de Atividades e dos seus funcionários, aos quais também eu reconheço o mérito, mas convenhamos: as atividades devem-se à participação cívica e ativa das pessoas, das coletividades, das Associações, das freguesias e de todas as pessoas que se empenham e organizam tantas atividades...e meus Senhores, das pessoas que participam nessas atividades, pois atividades sem público, é uma “não atividade”.

É bom que também se dê o devido valor a quem o merece. E a população de todo o concelho, que participa nessas atividades, merece-o.

Uma boa tarde a todos.

-----O Senhor Deputado Municipal, *António Figueiredo (PSD)* disse:

Boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não era para fazer nenhum comentário, mas quando o Professor *Dinis* me mostrou o documento das ARU's, eu fiquei muito sensibilizado e fiz um pequeno texto, que tem a ver única e exclusivamente com “O Pensar a Cidade”.

O pensar a cidade:

Há um Arquiteto muito famoso que toda a gente conhece pelo menos o edifício, - que foi vencedor de um prémio “Pritzker de Arquitetura”, que é o *Rem Koolhaas* - a Casa da Música do Porto, penso que toda a gente deve conhecer.

Ele questiona em termos de estratégia, qual será o futuro da cidade e aborda questões de planeamento e qual é o futuro e qual é a cidade que vamos ter.

O principal problema é a economia, mas eu vou adaptar isto nos “Outros Assuntos”, adaptar à “Minha Cidade de pequena e média dimensão”, que está também, dentro do pensamento de *Rem Koolhaas*.

E esse principal problema é a economia do mercado, que tem tido muito poder na decisão de como as cidades serão no futuro.

O vocabulário de cidades, para o futuro, é um vocabulário emocionante, mas esgotado. E tem havido pouca reflexão, do que as cidades podem ser.

E eu peço ao Senhor Presidente e a todos os Deputados que me estão a ouvir...peço ao Senhor Presidente, que pense a cidade de Mirandela...

Eu acho que ele pensa a cidade de Mirandela e acho que politicamente, a cidade de Mirandela está a ser pensada.

É esse um dos meus pensamentos e uma das minhas reflexões, em que as cidades podem ter essa mudança, terá que haver uma política e essa política será simplesmente uma política urbanística.

Refletindo sobre este contexto urbano e além disso, a cidade e os que fazem a cidade, acreditam que as pessoas se vão tornar mais conscientes da interdependência do que é a cidade e não é cidade.

Penso que haverá um movimento mais sistemático entre os dois.

As cidades de pequena e de média dimensão, como é o caso da nossa cidade de Mirandela, terá a necessidade de conceitos mais eficazes, para um crescimento mais sustentável da cidade. Senão era o que me dizia o meu companheiro *Dinis*, de quem muito gosto e que muito me apraz falar com ele, qualquer dia ficamos de um tipo coutada...

Portanto, eu não quero que a minha cidade fique uma coutada, quero que a minha cidade cresça de maneira harmoniosa, com equilíbrio, com estratégia e penso que o elenco Executivo tem essa capacidade, de nos direcionar para um conceito que é básico, que é o conceito da reorganização, da chamada urbanização da cidade. Ou a reorganização, começando pelo Centro da cidade, que é aquilo que as Urbes vão fazer, ou pelas periferias.

Há vários conceitos em termos urbanísticos, que pensam a cidade de fora para dentro ou de dentro para fora, o que é também um conflito entre gerações.

Assim sendo, os valores e os índices urbanísticos...”Senhor Presidente”, também têm que ser pensados. Neste caso, refiro-me à população. Terão que ser repensados, para o melhoramento da nossa cidade, a cidade que todos prezamos, a cidade que todos amamos, a cidade a que pertencemos...este torrão a que estamos ligados, havendo essa verificação, em vários planos, em vários domínios, para se definirem então, estratégias a médio e a longo prazo.

É que, nós, infelizmente, partimos, mas a cidade fica.

A cidade não morre, a cidade vai crescendo. Nós é que saímos...do plano político, do plano económico, do plano social. A nossa velhice, o nosso esgotamento, etc., mas a cidade fica. E aquilo que produzirmos para a cidade, deve ser uma produção harmoniosa e também ela com contágio.

É isso que eu penso também, que o Senhor Presidente pode dar o seu cunho pessoal, através deste conceito que o *Rem Koolhaas* replica e que lança ao desafio, vários Arquitetos.

É evidente que o pensamento do *Rem Koolhaas*, pode não coincidir com os pensamentos que estão ligados ao panorama de uma pequena e média cidade, mas há situações nobres que nós podemos retirar dos conceitos que ele propõe e aplicá-los na nossa cidade.

Para terminar, eu também tinha dito nas urbes que os Planos de Pormenor são essenciais, não são difíceis de aprovação e para criar projetos e áreas urbanas, devidamente definidas e colmatadas, porque uma cidade não é um plano horizontal, há toponímias, há altos e baixos nessa cidade e a cidade deve-se criar, pensando nessas toponímias e no equilíbrio dessas toponímias.

E concluindo, digo isto:

“Mirandela”, afirma-se como charneira do Nordeste Transmontano, a Mirandela que todos nós queremos.

-----**O Senhor Deputado Municipal, *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era só para me esclarecer, porque eu vi, não sei se foi na Agenda Cultural, se não e acabo até por felicitar o Executivo, porque felizmente está a voltar à Agenda Cultural em papel, para ser mais acessível.

Mas eu queria saber mais, porque vi qualquer coisa sobre uma Assembleia de Jovens, que está a ser preparada e gostaria que alguém me pudesse falar um pouco sobre isso.

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Passos, *Ricardo Roque* (PSD) disse:**

Muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Amigos e Colegas.

Aconteceu no passado dia 01 de abril, a reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, onde nós, “Presidentes de Junta” fomos um bocadinho acusados de darmos pouca proteção aos Bombeiros.

Eu disse que muitas das vezes somos os últimos a ser informados que há fogo na nossa zona e ficou acordado que nós, os Presidentes de Junta, logo que haja um fogo na nossa área de residência, sermos informados por “SMS”. Essa proposta foi aceite.

Se alguns de vocês, Presidentes de Junta, não puder e se quiser nomear outro Membro, depois, faz favor de deixar o contato ao Senhor Doutor Manuel Rodrigues, para ele entregar aos Bombeiros.

Tenho dito. Obrigado.

-----**O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia.

Hoje, não tinha intenção de falar, porque estou muito cansado, mas como o Senhor *Fraga* falou no meu livro, eu tenho que pedir desculpas e um agradecimento.

Um pedido de desculpas por eu importunar e quase obrigar os companheiros de bancada a comprar o livro.

Um agradecimento, pelo facto de o terem aceiteado com toda a boa vontade.

É evidente que eu sempre escrevi e continuarei a escrever aquilo que me vai na alma, mas nunca tive a ambição de editar fosse que livro fosse e muitas vezes quem me obriga a fazer isso, são os meus alunos, são os amigos mais chegados, que leem e que atribuem o valor de ser editado.

Este livro podia ser editado por uma Editora nacional, que está implementada no mercado de uma forma muito forte, mas só que quem editou já algum livro sem ter apoio fosse de quem fosse e ainda por cima, livros para crianças, que exige ilustração com alguma qualidade, é que poderá saber os valores que isto envolve.

Eu escrevo as minhas vivências e tento na escrita que eu faço, deixar uma mensagem moral muito forte e que deixa as pessoas a pensar.

E a mensagem deste livro, é que nunca esqueçamos aquilo que fomos, de onde viemos e que nunca percamos essa nossa origem, porque muitas vezes, devido ao cargo e à posição social que se tem, esquecem aquilo que foram, o lar em que nasceram e têm tendência (peço desculpa) a cuspir um pouco para o ar.

Tento ser muito claro nas minhas mensagens. Os meus alunos têm-me dado os parabéns e gostam muito das histórias que eu lhes conto.

Muito obrigado.

-----**O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido* (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São três situações, muito breves.

A primeira é se o Executivo me pode explicar:

Na Rua Luciano Cordeiro, foi metida lá uma casota, que já demoliram, mas ouvem-se tantas versões sobre aquilo, gostava de saber o que se passou.

A segunda situação é se além do tritubo que está a ser metido na Ponte Velha, que tipo de incidência é que vai ter sobre o piso.

Já agora, sobre o Boletim Municipal, era bom que houvesse uma revisão gráfica, porque além de erros ortográficos, tem um erro no Artigo do Senhor *Figueiredo Sarmento* que altera completamente a estrutura.

-----**O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* disse:**

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Vou tentar responder, de forma concreta, às perguntas que nos foram colocadas.

Começo pelo Senhor *Garrido*.

A situação que ocorreu no prédio da Rua Luciano Cordeiro está perfeitamente licenciada, perfeitamente aprovada, quer pela Câmara Municipal, pelos Serviços Técnicos que fazem a avaliação, quer pelo IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), porque o prédio está numa área de protecção.

Como devem compreender, as propostas são apresentadas na Câmara Municipal e aquilo que não ultrapassa a legalidade, nós não podemos interferir, que era o caso.

É bom que fique claro, neste esclarecimento que eu estou a prestar, que aquele espaço, aquele corpo em causa, não estava ferido de qualquer tipo de ilegalidade.

Muitas das vezes a projecção do que se pensa - acontecia que existia lá uma varanda tapada - em relação ao que é a projecção do que lá estava, não é exactamente o que depois ocorre, que é a diferença entre o projeto e o que é na realidade.

Confrontado com essa realidade e sendo sensível e até o Senhor Vereador *Morais* falou nesse assunto na Câmara Municipal e não só, houve aí algumas polémicas, a Câmara fez uma avaliação junto com o proprietário, porque é a ele que compete, sobre o impacto e a incidência daquele elemento e nesse sentido foi encontrada uma solução conjunta, também com a IGESPAR, porque tem sempre essa condicionante e foi decidido fazer uma alteração ao projeto e aquilo será uma varanda simples que irá lá ser colocada. Julgo que esclareci. Ok.

Em relação à Ponte Velha, temos que ter cuidado naquela intervenção, porque nós não podemos escavar muito, falando de uma forma muito simples...tudo que vá abaixo de um certo nível já teria de ter um tipo de intervenção mais complicada do ponto de vista do licenciamento, pelo que, basicamente, o que vai acontecer na Ponte Velha, são três intervenções:

É a do tritubo, que é por causa da questão das comunicações e ligar; a alteração dos sistemas de iluminação, que vão passar a Leds e com mais algumas alterações e vamos colocar granito, chamado "lajeado" em toda a Ponte e a pintura das grades. Não haverá outra intervenção.

Sobre o Boletim apenas lhe posso agradecer, Senhor *Garrido*, todas as sugestões são boas.

Posso-lhe dizer, que, uma das que nos apresentaram mais concretas teve a ver com o tamanho da letra, porque as pessoas de idade, têm algumas dificuldades em ler os artigos mais pequenos e pelos vistos houve algumas dificuldades porque a letra é bastante pequena, iremos tentar alterar.

Eu recordo que o Boletim é uma obrigação legal dos Municípios. Os Municípios de três em três meses têm que publicitar as suas actividades em boletim. Nós não iremos fazer uma agenda, iremos fazer o boletim trimestral, tal e qual como é determinado pela lei e nesse sentido é algo que é importante.

Temos apostado na comunicação eletrónica e chegámos à conclusão que não chega a toda a gente, o que significa que estamos a excluir um enorme grupo de pessoas, quer da agenda que os Mirandelenses vão criando para nós quer também das actividades que nós vamos realizando no dia-a-dia.

E nesse sentido, todas as sugestões gráficas e outras que possam vir, - é um documento que está em elaboração - são bem vindas, num conceito de realizar um trabalho importante para as pessoas.

Já tivemos sugestões relativamente a informação que não está lá e que podia estar, enfim, estamos a fazer a evolução.

Não podia deixar de fazer aqui o que tenho feito nos últimos tempos, dizendo e pedindo a cada um de vós, que nos próximos tempos se associem á celebração do dia 01 de maio e da Banda 1.º de maio de Mirandela; no dia 02 de maio, às provas de Ciclismo que decorrem na Zona Verde; no dia 02 ou dia 03 e à Festa de Nossa Senhora da Encarnação.

Durante a próxima semana, que estivessem atentos, porque os "Morangos" efetivamente vão passear pelas Escolas que é importante que isso aconteça, porque também durante o fim-de-semana vamos ter uma Grande Festa do Morango realizada em S. Pedro Velho, que é já hoje em dia, uma Feira de referência Regional, à qual é importante darmos valor. Mas não é só a festa, é o passeio pedestre e as actividades que ali decorrem.

Também, nesse fim-de-semana temos um encontro de Escolas no Ciclismo no nosso concelho, porque os Mirandelenses criaram três Escolas de Ciclismo, nos últimos tempos, para jovens e é importante que vão aparecendo cada vez mais praticantes, porque sem dúvida que os Mirandelenses têm capacidade de o fazer.

Ainda no dia 14 de maio teremos a semana do Empreendedorismo na EPA- Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, em que a Escola Profissional de Agricultura vai demonstrar mostrar e debater aquilo que faz. Também é um momento importante, que inclui um conceito de multiculturalidade, um conceito de debate e um conceito agrícola.

Faço-lhes o desafio a todos, a associarem-se às actividades dessa semana, que vão incidir com a "Mostra da Nossa Escola". A EsACT – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, de Mirandela, vai realizar durante cerca de três dias, um conjunto de actividades ligadas às áreas que essas escolas desenvolvem, nomeadamente as áreas do Turismo, as áreas do Marketing e nas áreas do Apoio Fiscal. Esta escola de Mirandela irá encontrar-se com as pessoas, vai incentivar os jovens a fazerem jogos de computador mostrando que realmente é um elemento importante no dinamismo local, não sendo apenas as aulas para os alunos.

E no dia 16 de maio teremos um importante Seminário com um conjunto de oradores bastante significativos, sobre "O Repensar a Família".

Teremos também a "Festa da Cereja", que está sob confirmação, mas é nossa esperança que seja possível organizá-la.

Nos dias 22, 23, 24 e 25, vão decorrer um conjunto de actividades ligadas à celebração do "Dia da Cidade", os "Jardins Nómadas" "Encontro de Tunas", com Tunas de todo o país e com diversas actividades pelo meio da cidade.

Teremos ainda o "Encontro de Idosos" para o qual eu desafio os Senhores Presidentes de Junta a trazerem as pessoas. Não é um Encontro de Idosos, é sim, um encontro multigeracional.

Tragam as pessoas, divirtam-se, estejam na rua, participem, porque nessa altura também teremos outras atividades de outras características a decorrer, nomeadamente “25 Anos da Esporte”, que fará 25 concertos nesse fim-de-semana, em 25 locais diferentes.

Teremos também no dia 25, a celebração do Aniversário dos Bombeiros e o dia 25, “Dia da Cidade” uma atividade promovida pela Junta de Freguesia de Mirandela, o Encontro da ANAFRE.

No dia 30, a Festa de “S. João Bosco” e o início da “Semana da Juventude e Desporto”.

E aqui respondo ao Deputado *Faustino*, dizendo que nessa semana teremos uma Assembleia, o Conselho Municipal da Juventude, tentando e esforçando-nos para que o Conselho Municipal de Juventude seja mais dos jovens do que institucionalizado pela Câmara.

Portanto, entre os dias 29 e 30, começamos com uma grande atividade na Rua da República e no dia 07 de junho, teremos a “Semana da Juventude e do Desporto”, com diversas atividades desportivas.

Teremos o “Dia da Criança” que irá começar no dia 31 de maio e apenas acabar no dia 05 de junho. Teremos ainda nessa semana, a “Semana da Energia” e a “Semana do Ambiente”.

Caso tenham a agenda pouco ocupada nestes dias sugiro, como bons Mirandelenses, que apareçam.

Muito obrigado e continuação de bom fim-de-semana.

## **2.º Período de Intervenção do Público**

### **6 – 2.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* disse:

Muito obrigado Senhor Presidente.

Passamos a o Ponto 6.

2.º Período de Intervenção do Público.

Há algum Município que queira intervir? Não há.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

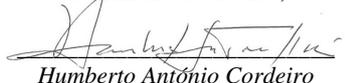
----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 17 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;



*José Manuel Lemos Pavão*

O Primeiro Secretário;



*Humberto António Cordeiro*

A Segunda Secretária;



*Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa*